



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

# EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA N° 006/2026

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA TEVAS – PR. UASG: 989913**

**OBJETO:** Registro de preços visando a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de mão de obra para todas as linhas, utilizando como base a tabela TEMPÁRIA SINDIREPA/PR para definição da quantidade de horas necessárias à execução de cada serviço, no decorrer dos próximos 12 meses, nos termos e conforme exigências estabelecidas neste instrumento.

## **VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

R\$ 301.691,90 (trezentos e um mil seiscentos e noventa e um reais e noventa centavos).

## **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia 20/02/2026 às 08h30min (oito horas e trinta minutos)

## **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Menor preço por Lote

## **MODO DE DISPUTA:**

aberto e fechado

## **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

**NÃO**

Não foi comprovado a existência de no mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, conforme previsto no Art. 49, II da Lei 123/2006.



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	9
6. DA FASE DE JULGAMENTO .....	13
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	15
8. DOS RECURSOS .....	17
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	18
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	21
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	22



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

**EDITAL**

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS - PR**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026**

Processo Administrativo nº 015/2026

Torna-se público que a Prefeitura do Município de Nova Tebas - Pr, por meio da Secretaria Municipal de Licitações e Contratos, sediado(a) na Avenida Belo Horizonte nº 695, centro, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. Registro de preços visando a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de mão de obra para todas as linhas, utilizando como base a tabela TEMPÁRIA SINDIREPA/PR para definição da quantidade de horas necessárias à execução de cada serviço, no decorrer dos próximos 12 meses, nos termos e conforme exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens desejar.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.11.1 deste Edital.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances poderão ser de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor, unitário e total do item;



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

4.1.2. Marca e modelo;

4.1.3. Fabricante de for o caso;

4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao



exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor total de cada item.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 reais.



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Na presente licitação é adotado o envio de lances pelo modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.



5.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Na presente licitação não há exclusividade de itens ou cotas de itens destinado a ME/EPP/MEI.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2. empresas brasileiras;

5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



## 6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.5 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).



6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.



6.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos. Caso algum documento de habilitação não esteja cadastrado ou existente no Sifaf será concedido prazo mínimo de duas horas para anexo do documento pendente por meio da plataforma de acesso do sistema [compras.gov.br](http://compras.gov.br).

7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

7.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.11.1.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

7.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **8. DOS RECURSOS**

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.



8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.novatebas.pr.gov.br](http://www.novatebas.pr.gov.br) bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

## **9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;



9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **20 (vinte) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios:*

10.3.1 Plataforma de acesso do sistema compras.gov.br;

10.3.2 Via seguinte e-mail: [licitacao@novatebas.pr.gov.br](mailto:licitacao@novatebas.pr.gov.br);

10.3.3 Protocolo eletrônico oficial da prefeitura do Município de Nova Tebas – Pr;

10.3.4 Qualquer outro meio eletrônico formal desde que comprovado sua formalidade no envio;

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.novatebas.gov.br](http://www.novatebas.gov.br) e também na plataforma de acesso do sistema [compras.gov.br](http://compras.gov.br).

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

11.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

11.11.1.2. Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços;

Nova Tebas-PR, 02 de fevereiro de 2026.

**PEDRO  
LOURENÇO**

Assinado de forma digital  
por PEDRO LOURENÇO  
Dados: 2026.02.02 17:01:06  
-03'00'

PEDRO LOURENÇO  
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS – PR.



**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS - PR**

Processo Administrativo nº 015/2026

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Registro de preços visando a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de mão de obra para todas as linhas, utilizando como base a tabela TEMPÁRIA SINDIREPA/PR para definição da quantidade de horas necessárias à execução de cada serviço, no decorrer dos próximos 12 meses, nos termos e conforme exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Observação: Em caso de divergência entre as informações disponibilizadas na plataforma Compras.gov.br e o conteúdo do edital quanto ao descritivo e unidades de medida dos itens, prevalecerão as disposições estabelecidas no edital.

LOTE 01 - LINHA ÔNIBUS					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UM/MED	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA - ONIBUS	HORAS	200	R\$ 182,10	R\$ 36.420,00
02	ALINHAMENTO DE ÔNIBUS	UN	20	R\$ 173,32	R\$ 3.466,40
03	BALANCEAMENTO DE ONIBUS POR RODA	UN	60	R\$ 100,36	R\$ 6.021,60
04	CAMBAGEM POR RODA	UN	15	R\$ 188,53	R\$ 2.827,95

LOTE 02 - LINHA CAMINHÃO					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UM/MED	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA - CAMINHÃO	HORAS	200	R\$ 181,05	R\$ 36.210,00
02	ALINHAMENTO DE CAMINHÃO	UN	20	R\$ 178,32	R\$ 3.566,40
03	BALANCEAMENTO DE CAMINHÃO POR RODA	UN	60	R\$ 105,36	R\$ 6.321,60
04	CAMBAGEM POR RODA	UN	15	R\$ 188,53	R\$ 2.827,95

LOTE 03 - AMBULANCIA E VAN					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UM/MED	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA – AMBULANCIA E VAN	HORAS	120	R\$ 237,21	R\$ 28.465,20



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

02	ALINHAMENTO DE AMBULANCIA E VAN	UN	20	R\$ 180,05	R\$ 3.601,00
03	BALANCEAMENTO DE AMBULÂNCIA E VAN POR RODA	UN	60	R\$ 83,75	R\$ 5.025,00
04	CAMBAGEM POR RODA	UN	20	R\$ 166,27	R\$ 3.325,40

LOTE 04 - CARRO BAIXO					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UM/MED	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA – VEÍCULOS LINHA LEVE	HORAS	300	R\$ 174,78	R\$ 52.434,00
02	ALINHAMENTO – VEÍCULOS LINHA LEVE	UN	50	R\$ 117,70	R\$ 5.885,00
03	BALANCEAMENTO – VEÍCULOS LINHA LEVE POR RODA	UN	160	R\$ 75,04	R\$ 12.006,40
04	CAMBAGEM POR RODA – VEÍCULOS LINHA LEVE	UN	40	R\$ 99,55	R\$ 3.982,00

LOTE 05 - MÁQUINAS PESADAS					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UM/MED	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA – MAQUINA PESADA	HORAS	350	R\$ 255,16	R\$ 89.306,00

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar nº 178/2025.

1.5. O prazo de vigência da contratação será pelo período de 12 (doze) meses contados da assinatura do Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogado na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico 2.1 específico dos Estudos Técnicos Preliminares n.º 178/2025, apêndice deste Termo de Referência.



### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específicos do Estudo Técnico Preliminar n.º 178/2025, apêndice deste Termo de Referência.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. O prazo de garantia do material será conforme o manual do fabricante. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

4.2. Para atender às necessidades operacionais da frota de veículos e máquinas da linha amarela do Município de Nova Tebas, a contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.2.1. Os serviços deverão ser executados por profissionais habilitados, preferencialmente com certificações ou formação específica na manutenção de máquinas pesadas.

4.2.2. A empresa contratada deverá cumprir prazos compatíveis com a necessidade de continuidade dos serviços municipais, evitando paralisações prolongadas da frota.

4.2.3. Deve ser possível, quando solicitado, o atendimento emergencial para reparos urgentes, considerando o uso contínuo das máquinas em atividades essenciais.

4.2.4. Os fornecedores deverão apresentar orçamento descrevendo peças, valores, mão de obra, prazos, condições de pagamento e demais informações pertinentes, os quais serão verificados por servidor responsável do município.

4.2.5. O fornecedor deverá elaborar o orçamento em até 2 (dois) dias úteis a partir da solicitação formal emitida pela Administração.

4.2.6. Todas as atividades de manutenção deverão observar as normas técnicas aplicáveis e os procedimentos de segurança no trabalho.

#### **4.3. Requisitos mão de obra**

4.3.1. A distância máxima permitida entre a sede da empresa contratada e a sede da contratante, para fins de execução dos serviços de mão de obra, será de até 90 km;

4.3.2. Caso seja necessário o deslocamento de mecânico da empresa contratada até o Município de Nova Tebas, todas as despesas de locomoção serão de responsabilidade exclusiva da contratada, não gerando qualquer custo adicional ao município;



# MUNICÍPIO DE **NOVA TEBAS**

*Dedicação e amor por nossa terra*

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

4.3.3. O deslocamento dos veículos e máquinas até a sede da empresa contratada ficará sob responsabilidade do Município, quando necessário, para a execução dos serviços;

4.3.4. O valor a ser pago à empresa contratada será calculado de acordo com a duração efetiva da execução dos serviços, conforme especificado na tabela TEMPÁRIA SINDIREPA/PR ou tabela equivalente adotada pela montadora ou fabricante.

4.3.5. A contratada deverá possuir acesso à tabela TEMPÁRIA SINDIREPA/PR e/ou tabela similar reconhecida pelo mercado, devendo ainda disponibilizar ao Município, sem qualquer ônus, login ou meio de acesso para conferência dos tempos de serviço constantes na referida tabela.

4.3.6. A contratada deverá fornecer garantia mínima de 90 (noventa) dias sobre os serviços executados, assegurando a qualidade e a conformidade dos reparos realizados.

4.3.7. A validade da garantia terá início a partir da data de emissão da nota fiscal emitida pela empresa responsável pela execução do serviço.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5. Após o recebimento do veículo ou maquinário na oficina, a empresa contratada terá o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para realizar o diagnóstico e apresentar à contratante o orçamento das peças necessárias para a solução do problema identificado.

5.6. Após o Município adquirir as peças e fornecê-las à contratada, esta terá o prazo máximo de 10 (dez) dias para a execução do serviço.



## 6. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1. A gestão e fiscalização de contratos será realizada pelos servidores designados através das portarias de nomeação emitidas pelo município, sendo a Portaria de N°307 /2023 a de Fiscal de Contratos na pessoa de Dhienilson Fernandes da Paz e Portaria N°309 /2023 a de Gestão de Contratos na pessoa de Gabriele Fiuza Stoski. Caso no decorrer da vigência da contratação aconteça a substituição de algum dos membros designados, a fiscalização e gestão ficará a cargo do novo servidor designado.

6.2. O recebimento provisório do lote 03 - Ambulância /Van e lote 04 - Carro baixo ficará de responsabilidade do servidor Valmor Alves Rodrigues Laworski, dos demais lotes ficará de responsabilidade do servidor André Vujanski ou servidor substituto, e conforme disposto no Decreto Municipal 060/2024, o recebimento definitivo ficará a cargo do secretário responsável pela pasta.

6.3. Os serviços deverão estar em conformidade com o descrito no termo de referência e nesta ETP;

6.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.6.1. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.6.2. As notificações de que trata o item anterior deverão ser respondidas em até 2 (dois) dias úteis.

6.6.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.



6.6.5. O fiscal do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.7. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.7.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.8.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.8.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.8.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.8.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.9. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.10. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.



## 7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço.

### Exigências de habilitação

7.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

7.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

7.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz



7.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

7.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

7.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa CNDT;

7.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



### Qualificação Econômico-Financeira

7.20. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso I](#));;

7.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

### Outras comprovações

7.22. Apresentar no mínimo 02 (dois) atestados de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica, contendo os dados mínimos de razão social, CNPJ, endereço, telefone e nome do responsável, podendo ser em nome da matriz ou filial;

7.23. Apresentar comprovação de que possui sede ou filial com distância máxima de 90 km do Município de Nova Tebas/PR.

## 8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 301.691,90 (trezentos e um mil seiscientos e noventa e um reais e noventa centavos)**, conforme custos unitários apostos constantes nos lotes do presente termo.

## 9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Nova Tebas - Pr.

9.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

PROGRAMÁTICA	DESCRIÇÃO	FONTE
11.001.26.782.2601.1.111.339030	MATERIAL DE CONSUMO	1000-Recursos Ordinários (Livres)
11.001.26.782.2601.1.112.339030	MATERIAL DE CONSUMO	504-Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias
11.001.26.782.2601.1.112.339030	MATERIAL DE CONSUMO	512-CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)
11.001.26.782.2601.1.112.339030	MATERIAL DE CONSUMO	1000-Recursos Ordinários (Livres)

## 10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos, e apresentação das notas fiscais.



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

10.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.6. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

**ANEXO II**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º**

**DATA DE PUBLICAÇÃO:**

**VALIDADE DA ATA:**

[ÓRGÃO GERENCIADOR DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS], localizado XXXX, nº XXXX, CEP XX.XXX-XXX, [MUNICÍPIO], Paraná, aqui representado por XXXXXXXXX, [CARGO], nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 11.462/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º XXXX/XXXX, homologado por XXXXXXXXX, [CARGO], para a futura e a eventual aquisição de XXXXXXXXX, conforme Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda do(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

1. Esta Ata tem por objetivo o registro de preços para a futura e a eventual aquisição de XXXXXXXXX, conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.

1.1. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

1.2. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.

1.3. O órgão participante do presente registro é a Prefeitura do Município de Nova Tebas – Pr.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:**

Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS	CÓDIGO CATMAT	UN	MARCA	QTDE	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL. (R\$)
01							

**CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA**

3.1. Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 1 (um) ano (OU CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA REQUISITANTE), podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata nos meios legais exigidos.

3.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

3.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

**CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR**

A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições

Secretaria Municipal de Licitações e Contratos

Avenida Belo Horizonte 695 - Centro - CEP: 85.250-000 - Estado do Paraná

Fone (42) 3141-2281 - CNPJ: 80.620.172/0001-05 e-mail: licitacao@novatebas.pr.gov.br

P á g i n a 34 | 48



estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas, bem como realizar os serviços conforme solicitado pela Secretaria responsável conforme disposto no Anexo I Termo de referência do Edital.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

**5.1** A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecendo o disposto nos artigos no Decreto Federal nº 11.462/2023, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos.

**5.1.1** A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.

**5.1.2** A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação de índices (IGPM, IPCA, INPC) ficando a escolha do índice a critério da administração, tendo por termo inicial a data da apresentação da proposta e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

**5.1.2.1** O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

**5.1.2.2** O transcurso do período citado no item 5.1.2 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

**5.1.2.3** O prazo para respostas as solicitações de repactuação ou reequilíbrio financeiro será de até 10 (dez) dias úteis após constatado o recebimento.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR**

**6.1.** O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

**6.1.1.** for liberado;

**6.1.2.** descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

**6.1.3.** não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

**6.1.4.** sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

**6.1.5.** não aceitar o preço revisado pela Administração.

**6.2** No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

**6.3** O cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

**6.4** Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**7.1** A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

**7.1.1** pelo decurso do prazo de vigência;

**7.1.2** pelo cancelamento de todos os preços registrados;

**7.1.3** por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

**7.1.4** por razões de interesse público, devidamente justificadas.

**7.2** No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do disposto no Decreto Federal nº 11.462/2023.



#### **CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO**

Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

**9.1** Constituem obrigações do Fornecedor:

**9.1.1** assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;

**9.1.2.** responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;

**9.1.3.** manter as condições de de habilitação;

**9.1.4.** manter atualizado seu cadastro no Sicafe, durante a vigência da presente ata.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA — DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

**10.** Constituem obrigações do órgão participante, por meio de gestor próprio:

**10.1.** tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

**10.2.** emitir a ordem de compra, quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;

**10.3.** verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, sobretudo em relação aos valores praticados, bem como assegurar-se que a contratação a ser feita ainda atenda aos seus interesses, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens quanto à sua utilização;

**10.4** zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

**10.5** registrar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e Sítio eletrônico oficial do Município de Nova Tebas – Pr, eventuais irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal;

**10.6** providenciar as publicações no Portal Nacional de contratações Públicas e Sítio eletrônico oficial do Município de Nova Tebas – Pr, quando couber.

**10.7** Efetuar o pagamento da contratada em conformidade ao que foi entregue em até 30 dias após a entrega dos produtos, e apresentação das notas fiscais.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES OU INGRESSANTES**

Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CADASTRO DE RESERVA**

Caso seja necessário, será solicitado aos licitantes conforme cadastro de reservas no sistema do [compras.gov.br](http://compras.gov.br), seguindo a ordem de classificação até a identificação de fornecedor apto a fornecer.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO**

Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Manoel Ribas– Estado do Paraná.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE**

**14.1** O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado nos meios legais previstos na lei nº 14.133/2021.

**14.2** A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no portal da internet [www.novatebas.pr.gov.br](http://www.novatebas.pr.gov.br).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA**

Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Nova Tebas/PR \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.



M U N I C Í P I O D E  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

---

[SERVIDOR RESPONSÁVEL DO  
ÓRGÃO GERENCIADOR]

---

[FORNECEDOR DETENTOR DA  
PRESENTE ATA]

TESTEMUNHAS



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

**Anexo I da ata de registro de preços  
TERMO DE REFERÊNCIA**

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS - PR**

Processo Administrativo nº 015/2026

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Registro de preços visando a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de mão de obra para todas as linhas, utilizando como base a tabela TEMPÁRIA SINDIREPA/PR para definição da quantidade de horas necessárias à execução de cada serviço, no decorrer dos próximos 12 meses, nos termos e conforme exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Observação: Em caso de divergência entre as informações disponibilizadas na plataforma Compras.gov.br e o conteúdo do edital quanto ao descritivo e unidades de medida dos itens, prevalecerão as disposições estabelecidas no edital.

LOTE 01 - LINHA ÔNIBUS					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UM/MED	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA - ONIBUS	HORAS	200	R\$ 182,10	R\$ 36.420,00
02	ALINHAMENTO DE ÔNIBUS	UN	20	R\$ 173,32	R\$ 3.466,40
03	BALANCEAMENTO DE ONIBUS POR RODA	UN	60	R\$ 100,36	R\$ 6.021,60
04	CAMBAGEM POR RODA	UN	15	R\$ 188,53	R\$ 2.827,95

LOTE 02 - LINHA CAMINHÃO					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UM/MED	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA - CAMINHÃO	HORAS	200	R\$ 181,05	R\$ 36.210,00
02	ALINHAMENTO DE CAMINHÃO	UN	20	R\$ 178,32	R\$ 3.566,40
03	BALANCEAMENTO DE CAMINHÃO POR RODA	UN	60	R\$ 105,36	R\$ 6.321,60
04	CAMBAGEM POR RODA	UN	15	R\$ 188,53	R\$ 2.827,95

LOTE 03 - AMBULANCIA E VAN					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UM/MED	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA – AMBULANCIA E VAN	HORAS	120	R\$ 237,21	R\$ 28.465,20



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

02	ALINHAMENTO DE AMBULANCIA E VAN	UN	20	R\$ 180,05	R\$ 3.601,00
03	BALANCEAMENTO DE AMBULÂNCIA E VAN POR RODA	UN	60	R\$ 83,75	R\$ 5.025,00
04	CAMBAGEM POR RODA	UN	20	R\$ 166,27	R\$ 3.325,40

LOTE 04 - CARRO BAIXO					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UM/MED	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA – VEÍCULOS LINHA LEVE	HORAS	300	R\$ 174,78	R\$ 52.434,00
02	ALINHAMENTO – VEÍCULOS LINHA LEVE	UN	50	R\$ 117,70	R\$ 5.885,00
03	BALANCEAMENTO – VEÍCULOS LINHA LEVE POR RODA	UN	160	R\$ 75,04	R\$ 12.006,40
04	CAMBAGEM POR RODA – VEÍCULOS LINHA LEVE	UN	40	R\$ 99,55	R\$ 3.982,00

LOTE 05 - MÁQUINAS PESADAS					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UM/MED	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA – MAQUINA PESADA	HORAS	350	R\$ 255,16	R\$ 89.306,00

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar nº 178/2025.

1.5. O prazo de vigência da contratação será pelo período de 12 (doze) meses contados da assinatura do Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogado na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico 2.1 específico dos Estudos Técnicos Preliminares n.º 178/2025, apêndice deste Termo de Referência.



### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específicos do Estudo Técnico Preliminar n.º 178/2025, apêndice deste Termo de Referência.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. O prazo de garantia do material será conforme o manual do fabricante. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

4.2. Para atender às necessidades operacionais da frota de veículos e máquinas da linha amarela do Município de Nova Tebas, a contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.2.1. Os serviços deverão ser executados por profissionais habilitados, preferencialmente com certificações ou formação específica na manutenção de máquinas pesadas.

4.2.2. A empresa contratada deverá cumprir prazos compatíveis com a necessidade de continuidade dos serviços municipais, evitando paralisações prolongadas da frota.

4.2.3. Deve ser possível, quando solicitado, o atendimento emergencial para reparos urgentes, considerando o uso contínuo das máquinas em atividades essenciais.

4.2.4. Os fornecedores deverão apresentar orçamento descrevendo peças, valores, mão de obra, prazos, condições de pagamento e demais informações pertinentes, os quais serão verificados por servidor responsável do município.

4.2.5. O fornecedor deverá elaborar o orçamento em até 2 (dois) dias úteis a partir da solicitação formal emitida pela Administração.

4.2.6. Todas as atividades de manutenção deverão observar as normas técnicas aplicáveis e os procedimentos de segurança no trabalho.

#### **4.3. Requisitos mão de obra**

4.3.1. A distância máxima permitida entre a sede da empresa contratada e a sede da contratante, para fins de execução dos serviços de mão de obra, será de até 90 km;

4.3.2. Caso seja necessário o deslocamento de mecânico da empresa contratada até o Município de Nova Tebas, todas as despesas de locomoção serão de responsabilidade exclusiva da contratada, não gerando qualquer custo adicional ao município;



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

4.3.3. O deslocamento dos veículos e máquinas até a sede da empresa contratada ficará sob responsabilidade do Município, quando necessário, para a execução dos serviços;

4.3.4. O valor a ser pago à empresa contratada será calculado de acordo com a duração efetiva da execução dos serviços, conforme especificado na tabela TEMPÁRIA SINDIREPA/PR ou tabela equivalente adotada pela montadora ou fabricante.

4.3.5. A contratada deverá possuir acesso à tabela TEMPÁRIA SINDIREPA/PR e/ou tabela similar reconhecida pelo mercado, devendo ainda disponibilizar ao Município, sem qualquer ônus, login ou meio de acesso para conferência dos tempos de serviço constantes na referida tabela.

4.3.6. A contratada deverá fornecer garantia mínima de 90 (noventa) dias sobre os serviços executados, assegurando a qualidade e a conformidade dos reparos realizados.

4.3.7. A validade da garantia terá início a partir da data de emissão da nota fiscal emitida pela empresa responsável pela execução do serviço.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5. Após o recebimento do veículo ou maquinário na oficina, a empresa contratada terá o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para realizar o diagnóstico e apresentar à contratante o orçamento das peças necessárias para a solução do problema identificado.

5.6. Após o Município adquirir as peças e fornecê-las à contratada, esta terá o prazo máximo de 10 (dez) dias para a execução do serviço.



## 6. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1. A gestão e fiscalização de contratos será realizada pelos servidores designados através das portarias de nomeação emitidas pelo município, sendo a Portaria de N°307 /2023 a de Fiscal de Contratos na pessoa de Dhienilson Fernandes da Paz e Portaria N°309 /2023 a de Gestão de Contratos na pessoa de Gabriele Fiuza Stoski. Caso no decorrer da vigência da contratação aconteça a substituição de algum dos membros designados, a fiscalização e gestão ficará a cargo do novo servidor designado.

6.2. O recebimento provisório do lote 03 - Ambulância /Van e lote 04 - Carro baixo ficará de responsabilidade do servidor Valmor Alves Rodrigues Laworski, dos demais lotes ficará de responsabilidade do servidor André Vujanski ou servidor substituto, e conforme disposto no Decreto Municipal 060/2024, o recebimento definitivo ficará a cargo do secretário responsável pela pasta.

6.3. Os serviços deverão estar em conformidade com o descrito no termo de referência e nesta ETP;

6.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.6.1. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.6.2. As notificações de que trata o item anterior deverão ser respondidas em até 2 (dois) dias úteis.

6.6.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.



6.6.5. O fiscal do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.7. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.7.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.8.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.8.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.8.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.8.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.9. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.10. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.



## 7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço.

### Exigências de habilitação

7.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

7.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

7.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz



M U N I C Í P I O D E  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

7.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

7.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

7.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa CNDT;

7.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



### Qualificação Econômico-Financeira

7.20. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso I](#));

7.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

### Outras comprovações

7.22. Apresentar no mínimo 02 (dois) atestados de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica, contendo os dados mínimos de razão social, CNPJ, endereço, telefone e nome do responsável, podendo ser em nome da matriz ou filial;

7.23. Apresentar comprovação de que possui sede ou filial com distância máxima de 90 km do Município de Nova Tebas/PR.

### 8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 301.691,90 (trezentos e um mil seiscientos e noventa e um reais e noventa centavos)**, conforme custos unitários apostos constantes nos lotes do presente termo.

### 9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Nova Tebas - Pr.

9.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

PROGRAMÁTICA	DESCRIÇÃO	FONTE
11.001.26.782.2601.1.111.339030	MATERIAL DE CONSUMO	1000-Recursos Ordinários (Livres)
11.001.26.782.2601.1.112.339030	MATERIAL DE CONSUMO	504-Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias
11.001.26.782.2601.1.112.339030	MATERIAL DE CONSUMO	512-CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)
11.001.26.782.2601.1.112.339030	MATERIAL DE CONSUMO	1000-Recursos Ordinários (Livres)

### 10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos, e apresentação das notas fiscais.



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

10.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.6. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVAS TEBAS - PR

**Estudo Técnico Preliminar 178/2025****1. Informações Básicas**

Número do processo: 34

**2. Descrição da necessidade**

2.1. A frota do Município de Nova Tebas é composta por 15 (quinze) máquinas da linha amarela, utilizadas diariamente em diversas atividades essenciais às obras e aos serviços de infraestrutura. Desse total, apenas 04 (quatro) encontram-se cobertas por garantia, por se tratarem de equipamentos novos. As demais máquinas, por já apresentarem maior tempo de uso, necessitam rotineiramente de reposição de peças e de serviços de manutenção especializada. Entre as principais demandas atendidas estão a construção e manutenção de estradas rurais e urbanas, a remoção de entulhos e desobstrução de vias, a instalação de sistemas de abastecimento de água, além de serviços de terraplanagem e recuperação de áreas degradadas. Ressalta-se ainda que o município encontra-se em processo de aquisição de novas máquinas, que integrarão a frota e ampliarão a capacidade operacional.

Considerando que esses equipamentos são utilizados de forma constante, torna-se imprescindível garantir a realização de manutenções preventivas e corretivas, mediante a aquisição de peças de qualidade que assegurem o desempenho eficiente e seguro das máquinas. Do mesmo modo, mostra-se necessária a contratação de mão de obra especializada para a execução dos serviços mecânicos, garantindo que os reparos e ajustes sejam realizados de maneira adequada e dentro das especificações técnicas.

Ressalta-se, ainda, que os demais veículos pertencentes às linhas leve, média e pesada da frota municipal também demandam manutenção contínua, a ser executada por profissionais qualificados, a fim de preservar suas condições de uso e prolongar sua vida útil.

2.2. A demanda pela aquisição de peças e contratação de serviços decorre da necessidade de manter a operacionalidade contínua e confiável da frota, reduzindo custos a longo prazo, evitando paralisações inesperadas e prolongando a vida útil dos equipamentos. Embora o município disponha de um mecânico responsável pela linha pesada, a quantidade de máquinas é significativa e a administração não possui todos os equipamentos e ferramentas específicas necessárias para a execução de determinados serviços de manutenção. Assim, torna-se indispensável a contratação de empresa especializada para complementar a capacidade de atendimento e garantir a execução adequada das manutenções.

2.3. Diante do exposto, o presente estudo tem por objetivo analisar a necessidade, as condições mercadológicas e o cenário atual adotado por outros municípios e entidades, a fim de embasar a aquisição de peças e a contratação de empresa especializada para a execução de serviços de mão de obra para manutenção da frota.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística	Valdecir dos Santos

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Para atender às necessidades operacionais da frota de máquinas da linha amarela do Município de Nova Tebas, a contratação deverá observar os seguintes requisitos:

1. **Fornecedor especializado:**

Empresa com experiência comprovada na comercialização de peças e na prestação de serviços de manutenção em máquinas da linha pesada, devidamente registrada e regularizada.

2. **Peças de qualidade e compatibilidade:**

As peças fornecidas devem ser novas, originais ou de primeira linha, compatíveis com os modelos da frota municipal, garantindo desempenho, segurança e durabilidade.

3. **Mão de obra técnica qualificada:**

Os serviços deverão ser executados por profissionais habilitados, preferencialmente com certificações ou formação específica na manutenção de máquinas pesadas.

4. **Prazo adequado de entrega e execução:**

A empresa contratada deverá cumprir prazos compatíveis com a necessidade de continuidade dos serviços municipais, evitando paralisações prolongadas da frota.

5. **Garantia das peças e serviços:**

As peças adquiridas e os serviços prestados deverão possuir garantia mínima, conforme normas vigentes e políticas de mercado, assegurando confiabilidade ao município.

6. **Atendimento emergencial:**

Deve ser possível, quando solicitado, o atendimento emergencial para reparos urgentes, considerando o uso contínuo das máquinas em atividades essenciais.

7. **Orçamento detalhado:**

Os fornecedores deverão apresentar orçamento descrevendo peças, valores, mão de obra, prazos, condições de pagamento e demais informações pertinentes.

8. **Conformidade com normas de segurança:**

Todas as atividades de manutenção deverão observar as normas técnicas aplicáveis e os procedimentos de segurança no trabalho.

## **5. Levantamento de Mercado**

5.1. Para subsidiar a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção para todos os veículos pertencentes a frota municipal e fornecimento de peças para a linha amarela, realizou-se levantamento de mercado com o objetivo de identificar a disponibilidade de fornecedores, a variação de preços praticados, as formas de contratação utilizadas por outros municípios e as condições ofertadas pelo setor. Para tanto, foi realizada pesquisa no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), da qual resultaram os seguintes achados:

- **Pregão Eletrônico nº 22/2025**

**Órgão:** Município de Bom Jesus do Galho/MG

**Objeto:** Registro de preços para aquisições futuras e eventuais de peças automotivas originais, genuínas, acessórios, lubrificantes e serviços mecânicos, com maior desconto sobre as tabelas CILIA e TRAZ VALOR, destinados à manutenção da frota municipal.

- **Pregão Eletrônico nº 29/2025**

**Órgão:** Município de Palmitinho/RS

**Objeto:** Sistema de Registro de Preços, com critério de maior percentual de desconto por lote sobre a tabela do sistema TRAZ VALOR, visando ao fornecimento futuro e eventual de peças novas, genuínas ou originais de primeira linha, para manutenção preventiva e corretiva da linha amarela.

- **Pregão Eletrônico nº 90/2025**

**Órgão:** Município de Três Corações/MG

**Objeto:** Aquisição de peças para diversas linhas de máquinas pesadas (Ford pesado, Dynapac, JCB, Massey Ferguson, Michigan, Muller, XCMG e Volare), com critério de maior desconto sobre a tabela TRAZ VALOR.

- **Pregão Eletrônico nº 48/2025**

**Órgão:** Município de Itaguajé/PR

**Objeto:** Registro de preços para aquisições futuras e parceladas de peças originais ou

genuínas para manutenção da frota municipal, mediante maior desconto percentual sobre tabelas oficiais (fabricante, Audatex, CILIA ou TRAZ VALOR), atendendo à Secretaria de Obras, Serviços Públicos e Engenharia.

- **Pregão Eletrônico nº 72/2025**

**Órgão:** Município de Umuarama/PR

**Objeto:** Contratação de empresa especializada em serviços de hidráulica automotiva, com fornecimento de peças, pelo critério de maior desconto sobre preços do software TRAZ VALOR para materiais e sobre valores de hora-homem conforme tabela TRAZ VALOR e TEMPÁRIA SINDIREPA-PR.

- **Pregão Eletrônico nº 29/2025**

**Órgão:** Município de Santo Antônio do Caiuá/PR

**Objeto:** Registro de preços para eventual contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com aquisição de peças, com base nas tabelas TRAZ VALOR e SINDIREPA, para veículos e equipamentos da frota municipal.

- **Pregão Eletrônico nº 29/2025**

**Órgão:** Município de Terra Roxa/PR

**Objeto:** Contratação eventual e futura de empresa especializada na manutenção preventiva e corretiva de motocicletas, veículos leves, utilitários e veículos pesados, com fornecimento e troca de peças, utilizando como critério o maior percentual de desconto sobre o software TRAZ VALOR e tempo de reparo baseado na tabela TEMPÁRIA SINDIREPA-PR.

5.2. Verifica-se que os municípios têm utilizado como referência de preços as tabelas TRAZ VALOR, CILIA, AUDATEX, entre outras, adotando como critério de julgamento o maior percentual de desconto aplicado sobre esses valores de referência. Observa-se também que, para a definição da quantidades de hora-homem para cada serviço, é prática cada vez mais comum a utilização da tabela TEMPÁRIA SINDIREPA/PR e/ou tabelas equivalentes disponibilizadas pelas próprias montadoras ou fabricantes, garantindo padronização, transparência e compatibilidade com a realidade técnica do setor.

## **6. Descrição da solução como um todo**

6.1. A contratação deverá ser realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, por se tratar da aquisição de materiais e serviços comuns necessários ao atendimento das demandas da Secretaria de Infraestrutura e Logística. Considerando que as requisições de peças e serviços de manutenção ocorrerão de forma eventual e conforme a necessidade operacional da frota, recomenda-se a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), que possibilita maior flexibilidade no atendimento das demandas, permitindo o fornecimento de itens conforme a efetiva utilização, sem a obrigatoriedade de aquisição integral dos quantitativos estimados. Essa solução assegura economicidade, eficiência e melhor planejamento das despesas públicas.

6.2. Para as peças destinadas à linha amarela, será utilizada como referência de preços a tabela TRAZ VALOR, adotando-se como critério de julgamento o maior percentual de desconto aplicado sobre os valores nela estabelecidos. Para a contratação dos serviços de mão de obra das linhas leve, média, pesada e amarela, será utilizada a tabela TEMPÁRIA SINDIREPA/PR para definição da quantidade de horas necessárias à execução de cada serviço. Será estipulado o valor máximo aceitável para cada item, tomando como base a referida tabela, sendo declarada vencedora a empresa que apresentar o menor valor final para cada serviço, respeitando os limites e parâmetros estabelecidos.

Vale destacar que, para as demais linhas de veículos e equipamentos da frota municipal, a aquisição de peças já é realizada por meio de outro processo específico, permanecendo este estudo restrito às necessidades relacionadas à linha amarela e aos serviços de mão de obra das linhas leve, média, pesada e amarela.

6.3. Com base nas contratações anteriores realizadas pelo município e nas práticas adotadas por outros entes públicos, foi estabelecido um **percentual mínimo aceitável de 10% de desconto** para a aquisição de peças da linha amarela, ficando a aceitação da proposta condicionada à **comprovação de exequibilidade** dos valores ofertados pela empresa participante.

6.4. Não será exigido garantia de execução para a presente contratação.

6.5. A contratação será realizada para um período de 12 (doze) meses.

6.6. Ao consultar o catálogo CAT/MAT - CAT-SER, disponibilizado pelo portal de Compras do Governo Federal não foi encontrado nenhum código padrão que correspondesse aos itens, e como ainda não foi implantado a catalogação própria esta equipe de estudo sugere que seja utilizado um código editável para o item referente a esta contratação, sendo o número do código o nº14222.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Para a estimativa das quantidades e dos valores referentes à aquisição de peças, foi analisado o histórico de gastos do município, utilizando-se como principal referência o último pregão vigente, Pregão nº 67/2024. Da mesma forma, para a estimativa dos serviços de mão de obra, foram considerados os gastos registrados no Pregão nº 44/2023.

Adicionalmente, foi realizado levantamento junto ao responsável pelo Departamento de Frotas, por meio do qual se observou a necessidade de ajustar alguns quantitativos: certos itens tiveram aumento previsto em razão da aquisição de quatro novas máquinas da linha amarela, enquanto outros itens tiveram sua previsão reduzida devido ao leilão de uma motoniveladora e uma pá carregadeira, que deixaram de compor a frota municipal.

O mesmo critério de análise foi aplicado aos serviços, de modo que os quantitativos foram ajustados conforme o histórico de uso, a evolução da frota e as demandas operacionais identificadas, conforme tabelas a seguir:

**Tabela Comparativa**

**PEÇAS**

**JCB 3CX**

DESCRIÇÃO MÁQUINAS	LICITADO ANO 2024 PREGÃO 067	SALDO EM 13/11 /2025	QUANTIDADE A LICITAR 2025
RETROESCAVADEIRA 2012 RETROESCAVADEIRA 2018 RETROESCAVADEIRA 2024 – <b>NOVA</b>	R\$ 100.000,00	R\$ 54.758,58	R\$ 100.000,00

**CASE 845B**

DESCRIÇÃO MÁQUINAS	LICITADO ANO 2024 PREGÃO 067	SALDO EM 13/11 /2025	QUANTIDADE A LICITAR 2025
MOTONIVELADORA -20210 MOTONIVELADORA – 2024 - <b>NOVA</b>	R\$ 90.000,00	R\$ 76.410,05	R\$ 70.000,00

**CATERPILAR**

DESCRIÇÃO MÁQUINAS	LICITADO ANO 2024 PREGÃO 067	SALDO EM 13/11 /2025	QUANTIDADE A LICITAR 2025
MOTONIVELADORA 120K	R\$ 90.000,00	R\$ 79.953,30	LEILÃO

**MULLER**

DESCRIÇÃO MÁQUINAS	LICITADO ANO 2024 PREGÃO 067	SALDO EM 13/11 /2025	QUANTIDADE A LICITAR 2025
ROLO COMPACTADOR VAP KK	R\$ 35.000,00	R\$ 34.020,12	R\$ 25.000,00

**HYUNDAI**

DESCRIÇÃO MÁQUINAS	LICITADO ANO 2024 PREGÃO 067	SALDO EM 13/11 /2025	QUANTIDADE A LICITAR 2025

ESCAVADEIRA HIDRAÚLICA - 2018	R\$ 90.000,00	R\$ 35.138,42	R\$ 80.000,00
XCMG			
DESCRIÇÃO MÁQUINAS	LICITADO ANO 2024 PREGÃO 067	SALDO EM 13/11 /2025	QUANTIDADE A LICITAR 2025
ESCAVADEIRA HIDRAÚLICA XE215BR - 2016  ROLO COMPACTADOR XS123 - 2016	R\$ 130.000,00	R\$ 61.007,88	R\$ 110.000,00
MICHIGAM			
DESCRIÇÃO MÁQUINAS	LICITADO ANO 2024 PREGÃO 067	SALDO EM 13/11 /2025	QUANTIDADE A LICITAR 2025
PÁ CARREGADEIRA 55C	R\$ 70.000,00	R\$ 70.000,00	LEILÃO
NEW HOLLAND			
DESCRIÇÃO MÁQUINAS	LICITADO ANO 2024 PREGÃO 067	SALDO EM 13/11 /2025	QUANTIDADE A LICITAR 2025
TRATOR FORD 7630  PÁ CARREGADEIRA W130- 2024 - NOVA	R\$ 25.000,00	R\$ 17.690,00	R\$ 40.000,00

Tabela Comparativa

SERVIÇOS

LINHA ÔNIBUS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN/MED	QUANTIDADE PREGÃO 44 /2023	SALDO EM 13/11 /2025	QUANTIDADE A LICITAR 2025
01	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA - ONIBUS	HORAS	300	20	200
				28	20

02	ALINHAMENTO DE ONIBUS	UN	30		
03	BALANCEAMENTO DE ONIBUS POR RODA	UN	120	116	60
04	CAMBAGEM POR RODA	UN	30	28	15

#### LINHA CAMINHÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	UN/MED	QUANTIDADE PREGÃO 44 /2023	SALDO EM 13 /11/2025	QUANTIDADE A LICITAR 2025
01	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA - CAMINHÃO	HORAS	300	0	200
02	ALINHAMENTO DE CAMINHÃO	UN	30	24	20
03	BALANCEAMENTO DE CAMINHÃO POR RODA	UN	120	114	60
04	CAMBAGEM POR RODA	UN	30	24	15

#### LINHA AMBULANCIA E VAN

ITEM	DESCRIÇÃO	UN/MED	QUANTIDADE PREGÃO 44 /2023	SALDO EM 13 /11/2025	QUANTIDADE A LICITAR 2025
01	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA – AMBULANCIA E VAN	HORAS	180	89	120

02	ALINHAMENTO DE AMBULANCIA E VAN	UN	20	7	20
03	BALANCEAMENTO DE AMBULANCIA E VAN POR RODA	UN	80	54	60
04	CAMBAGEM POR RODA	UN	20	8	20

#### **LINHA CARRO BAIXO**

ITEM	DESCRIÇÃO	UN/MED	QUANTIDADE PREGÃO 44 /2023	SALDO EM 13/11/2025	QUANTIDADE A LICITAR 2025
01	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA – VEÍCULOS LINHA LEVE	HORAS	500	349	300
02	ALINHAMENTO – VEÍCULOS LINHA LEVE	UN	75	7	50
03	BALANCEAMENTO – VEÍCULOS LINHA LEVE POR RODA	UN	240	31	160
04	CAMBAGEM POR RODA – VEÍCULOS LINHA LEVE	UN	60	32	40

#### **LINHA MÁQUINAS PESADAS**

ITEM	DESCRIÇÃO	UN/MED	QUANTIDADE PREGÃO 44 /2023	SALDO EM 13 /11/2025	QUANTIDADE A LICITAR 2025
01	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA – MAQUINA PESADA	HORAS	500	33	350

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 726.691,90

8.1. Para a estimativa dos preços referenciais da contratação para as peças da linha amarela optou-se pela utilização do sistema Traz Valor ou equivalente, ou esporadicamente pesquisa de mercado mediante apresentação de (03) três orçamentos nos casos em que a peça solicitada não estiver com seu cadastro e valor referenciado na tabela, mediante MAIOR DESCONTO ofertado para cada linha de máquinas. Destaca-se que o valor total estimado para essa contratação é de R\$ 425.000,00 (quatrocentos e vinte e cinco mil) o qual está distribuído em 6 (seis) lotes.

O custo estimado para a contratação de serviços é de R\$ 301.691,90 (trezentos e um mil e seiscentos e noventa e um reais e noventa centavos) e encontra-se pormenorizado em preços unitários e totais no processo de aquisição. Entre peças e serviços soma-se um total de R\$ 726.691,90 (Setecentos e vinte e seis mil e seiscentos e noventa e um reais e noventa centavos).

8.2. Para a composição dos preços referenciais da contratação dos serviços, foram observados os critérios e procedimentos estabelecidos no Decreto Municipal nº 05/2024, que regulamenta, no âmbito do Município de Nova Tebas/PR, a aplicação da Lei Federal nº14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), especialmente o disposto no art.8º, § 3º, art. 19, § 1º, art. 20 e art. 23.

Em conformidade com as referidas normas, a pesquisa de preços foi conduzida com base em múltiplas fontes de consulta, de forma a garantir a representatividade dos valores e a fidedignidade da estimativa obtida. Foram consideradas as seguintes fontes:

Cotações junto a fornecedores físicos (solicitação formal de orçamentos via e-mail);

Contratações recentes de outros entes da Administração Pública, obtidas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

Portal da Transparência de outros municípios;

Contratação anterior realizada pelo município (pregão 44/2023) aplicado o índice de correção INPC.

**Método Matemático:** média

**Justificativa:** Para a formação dos preços referenciais da presente contratação, foram desconsiderados os valores inexequíveis e aqueles excessivamente elevados, de modo a evitar distorções que pudessem comprometer a fidedignidade da estimativa. Após a análise dos valores obtidos por meio das diversas fontes de pesquisa, verificou-se ser mais vantajoso adotar o valor da média entre os preços válidos, por representar de forma mais equilibrada a realidade do mercado e refletir os preços efetivamente praticados. A consulta

junto a fornecedores físicos foi realizada com empresas que já mantiveram vínculo contratual com o Município ou participaram de certames anteriores, visando garantir maior confiabilidade e coerência aos valores coletados. Foram solicitados orçamentos a 03 (três) empresas, das quais apenas uma apresentou retorno dentro do prazo estabelecido. No tocante às demais fontes de pesquisa, foram identificados resultados consistentes em portais oficiais e bases públicas, ainda que, em alguns casos, não tenham contemplado todos os itens objeto da presente contratação, em razão das especificidades de cada processo licitatório. Ainda assim, as informações obtidas foram suficientes para a composição da cesta de preços e definição dos valores de referência. Todos os comprovantes, planilhas e resultados das pesquisas encontram-se anexos a este documento, para fins de transparência e auditoria, em observância ao disposto no art. 23da Lei nº 14.133/2021.

## **9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

9.1. O objeto deverá ser parcelado por ser técnica e economicamente viável, favorecendo assim o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

10.1. Esta contratação é correlata aos processos já existentes para aquisição de peças das demais linhas de veículos, bem como aos serviços para manutenção da frota. Assim, o presente procedimento complementa a contratação vigente, atendendo especificamente às demandas relacionadas à linha amarela e aos serviços a serem executados nas linhas leve, média, pesada e amarela.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

11.1. Até o presente momento, o município não possui previsão do Plano Anual de Contratações e também não implantou a catalogação e padronização própria. Por fim, as despesas tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

12.1. Como benefícios a serem alcançadas com a contratação, pode-se citar:

a) Adquirir peças de reposição original ou genuína ajudam a manter o bom funcionamento das máquinas, reduzindo os possíveis problemas mecânicos.

- b) Garantir a manutenção preventiva/corretiva das máquinas pertencentes a frota municipal.
- c) Manter os veículos e máquinas da frota municipal aptas a serem utilizadas para atender as demandas das secretarias, bem como prestar um serviço com agilidade e segurança para a população em geral.

### **13. Providências a serem Adotadas**

13.1 Pela natureza e continuidade da contratação já existente, vislumbra-se que não haverá necessidade de adequação do ambiente para a nova contratação.

### **14. Possíveis Impactos Ambientais**

14.1 Como possível impacto ambiental pode-se citar a destinação final das peças que são trocadas, é necessário o descarte adequado dos mesmos para evitar o acúmulo de resíduos sólidos e a contaminação do meio ambiente.

14.2 Algumas possíveis soluções para o correto descarte incluem:

- a) Reciclagem: Para as peças compostas por materiais recicláveis, como metal, plástico ou vidro, elas podem ser encaminhadas para instalações de reciclagem para serem reintroduzidas na cadeia de produção.
- b) Programas de devolução do fabricante: Há fabricantes que oferecem programas de devolução para recolher e reciclar ou recondicionar as peças usadas, como por exemplo as baterias.
- c) Leilão de bens inservíveis: Se as peças não puderem ser recicladas ou recondicionadas, há a possibilidade de encaminhar esses itens para leilão como sucata, promovendo a correta destinação das peças e arrecadação de receita.

### **15. Declaração de Viabilidade**

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

#### **15.1. Justificativa da Viabilidade**

15.1. Com base nas informações elencadas neste documento, esta equipe considera viável esta contratação.

### **16. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**VALDECIR DOS SANTOS**

Secretário Municipal de Infraestrutura e Logística



*Assinou eletronicamente em 12/12/2025 às 16:07:43.*

**EMERSON HRYCYKI**

Diretor Executivo do Dpto de Frotas



*Assinou eletronicamente em 12/12/2025 às 16:24:18.*

**CRISTIANE RODRIGUES NARDELLI**

Diretor Executivo do Dp'to de Autorização de Despesa



*Assinou eletronicamente em 12/12/2025 às 16:20:17.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ARQUIVO CESTA.pdf (8.9 MB)

## CESTA DE PREÇOS

### LOTE 07 - ONIBUS

ITEM	DESCRIÇÃO	UN/MED	QUANT.	PNCP São Miguel Arcanjo e Pinhal de São Bento	Contratação Anterior Pregão 44/2023 aplicado índice de correção INPC de 10/2025 equivalente a 4,1465%	Mecânica Pesada Planalto LTDA	Prefeitura de Manoel Ribas	Média	Mediana	Menor Valor	Valor total pela média	Valor total Mediana	Valor total menor preço
1	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA - ONIBUS	HORA	200	R\$ 98,60	R\$ 176,01	R\$ 390,00	R\$ 188,18	R\$ 182,10	R\$ 182,10	R\$ 176,01	R\$ 36.420,00	R\$ 36.420,00	R\$ 35.202,00
2	ALINHAMENTO DE ONIBUS	UN	20	R\$ 120,00	R\$ 166,63	R\$ 180,00	Não encontrado	R\$ 173,32	R\$ 173,32	R\$ 166,63	R\$ 3.466,40	R\$ 3.466,40	R\$ 3.332,60
3	BALANCEAMENTO DE ONIBUS POR RODA	UN	60	R\$ 9,00	R\$ 80,71	R\$ 120,00	Não encontrado	R\$ 100,36	R\$ 100,36	R\$ 80,71	R\$ 6.021,60	R\$ 6.021,60	R\$ 4.842,60
4	CAMBAGEM POR RODA	UN	15	90	177,05	R\$ 200,00	Não encontrado	R\$ 188,53	R\$ 188,53	R\$ 177,05	R\$ 2.827,95	R\$ 2.827,95	R\$ 2.655,75
Valor total lote											R\$ 48.735,95	R\$ 48.735,95	R\$ 46.032,95

### LOTE 08 - CAMINHÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	UN/MED	QUANT.	PNCP	Contratação Anterior Pregão 44/2023 aplicado índice de correção INPC de 10/2025 equivalente a 4,1465%	Mecânica Pesada Planalto LTDA	Prefeitura de Manoel Ribas	Média	Mediana	Menor Valor	Valor total pela média	Valor total Mediana	Valor total menor preço
1	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA - CAMINHÃO	HORA	200	R\$ 98,60	R\$ 176,01	R\$ 420,00	R\$ 186,08	R\$ 181,05	R\$ 181,05	R\$ 176,01	R\$ 36.210,00	R\$ 36.210,00	R\$ 35.202,00
2	ALINHAMENTO DE CAMINHÃO	UN	20	R\$ 120,00	R\$ 166,63	R\$ 190,00	Não encontrado	R\$ 178,32	R\$ 178,32	R\$ 166,63	R\$ 3.566,40	R\$ 3.566,40	R\$ 3.332,60
3	BALANCEAMENTO DE CAMINHÃO POR RODA	UN	60	R\$ 9,00	R\$ 80,71	R\$ 130,00	Não encontrado	R\$ 105,36	R\$ 105,36	R\$ 80,71	R\$ 6.321,60	R\$ 6.321,60	R\$ 4.842,60
4	CAMBAGEM POR RODA	UN	15	R\$ 90,00	R\$ 177,05	R\$ 200,00	Não encontrado	R\$ 188,53	R\$ 188,53	R\$ 177,05	R\$ 2.827,95	R\$ 2.827,95	R\$ 2.655,75
Valor total											R\$ 48.925,95	R\$ 48.925,95	R\$ 46.032,95

### LOTE 09 - AMBULÂNCIA VAN

ITEM	DESCRIÇÃO	UN/MED	QUANT.	PNCP	Contratação Anterior Pregão 44/2023 aplicado índice de correção INPC de 10/2025 equivalente a 4,1465%	Mecânica Pesada Planalto LTDA	Prefeitura de Manoel Ribas	Média	Mediana	Menor Valor	Valor total pela média	Valor total Mediana	Valor total menor preço
1	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA – AMBULANCIA E VAN	HORA	120	R\$ 89,70	R\$ 194,41	R\$ 280,00	R\$ 64,15	R\$ 237,21	R\$ 237,21	R\$ 194,41	R\$ 28.465,20	R\$ 28.465,20	R\$ 23.329,20
2	ALINHAMENTO DE AMBULANCIA E VAN	UN	20	R\$ 50,00	R\$ 170,10	R\$ 190,00	Não encontrado	R\$ 180,05	R\$ 180,05	R\$ 171,10	R\$ 3.601,00	R\$ 3.601,00	R\$ 3.422,00
3	BALANCEAMENTO DE AMBULANCIA E VAN POR RODA	UN	60	R\$ 9,00	R\$ 67,50	R\$ 100,00	Não encontrado	R\$ 83,75	R\$ 83,75	R\$ 67,50	R\$ 5.025,00	R\$ 5.025,00	R\$ 4.050,00
4	CAMBAGEM POR RODA	UN	20	R\$ 40,00	R\$ 152,54	R\$ 180,00	Não encontrado	R\$ 166,27	R\$ 166,27	152,54	R\$ 3.325,40	R\$ 3.325,40	R\$ 3.050,80
Valor total											R\$ 40.416,60	R\$ 40.416,60	R\$ 33.852,00

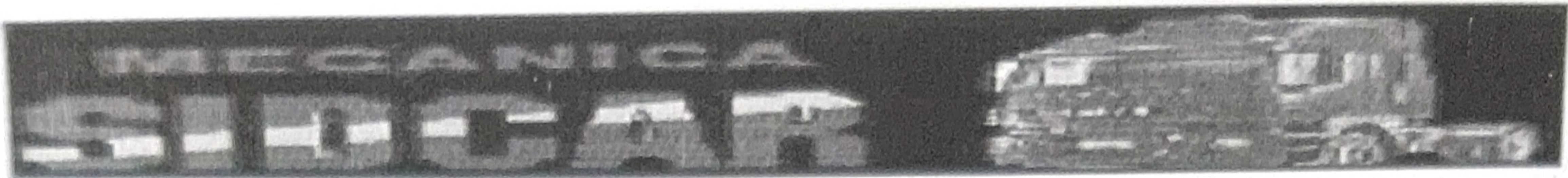
### LOTE 10 - CARRO BAIXO

ITEM	DESCRIÇÃO	UN/MED	QUANT.	PNCP	Contratação Anterior Pregão 44/2023 aplicado índice de correção INPC de 10/2025 equivalente a 4,1465%	Mecânica Pesada Planalto LTDA	Prefeitura de Manoel Ribas	Média	Mediana	Menor Valor	Valor total pela média	Valor total Mediana	Valor total menor preço
1	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA – VEÍCULOS LINHA LEVE	HORA	300	R\$ 94,20	R\$ 149,55	R\$ 200,00	R\$ 82,04	R\$ 174,78	R\$ 174,78	R\$ 149,55	R\$ 52.434,00	R\$ 52.434,00	R\$ 44.865,00
2	ALINHAMENTO – VEÍCULOS LINHA LEVE	UN	50	R\$ 45,00	R\$ 135,39	R\$ 100,00	Não encontrado	R\$ 117,70	R\$ 117,70	R\$ 100,00	R\$ 5.885,00	R\$ 5.885,00	R\$ 5.000,00
3	BALANCEAMENTO – VEÍCULOS LINHA LEVE POR RODA	UN	160	R\$ 7,00	R\$ 52,07	R\$ 98,00	Não encontrado	R\$ 75,04	R\$ 75,04	R\$ 52,07	R\$ 12.006,40	R\$ 12.006,40	R\$ 8.331,20
4	CAMBAGEM POR RODA – VEÍCULOS LINHA LEVE	UN	40	R\$ 55,00	R\$ 111,09	R\$ 88,00	Não encontrado	R\$ 99,55	R\$ 99,55	R\$ 88,00	R\$ 3.982,00	R\$ 3.982,00	R\$ 3.520,00
Valor total											R\$ 74.307,40	R\$ 74.307,40	R\$ 61.716,20

### LOTE 11 - MÁQUINAS PESADAS

ITEM	DESCRIÇÃO	UN/MED	QUANT.	PNCP	Contratação Anterior Pregão 44/2023 aplicado indice de correção INPC de 12/2024 a 10/2025 equivalente a 4,1465%	Mecânica Pesada Planalto LTDA	Prefeitura de Manoel Ribas	Média	Mediana	Menor Valor	Valor total pela média	Valor total Mediana	Valor total menor preço
1	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA – MAQUINA PESADA	HORA	350	R\$ 118,70	R\$ 255,16	R\$ 850,00	R\$ 115,64	R\$ 255,16	R\$ 255,16	R\$ 255,16	R\$ 89.306,00	R\$ 89.306,00	R\$ 89.306,00

	MÉDIA
	MEDIANA
	MENOR VALOR
	VALOR INEXEQUÍVEL
	VALOR ELEVADO



## MECÂNICA PESADA PLANALTO LTDA

Reforma de trucks e carretas caçambas basculantes ônibus freios  
Alinhamento de eixo embuchamento pneumáticos molas e soldas em geral.

CNPJ : 02.255.440/0001-15

INSC. EST. -903.12564-00

Rua. Amadeu Bonassolil, 140 Vila Planalto – Pitanga

Email:mecanica1pesada@hotmail.com WHATSAAP: (42)99800-7723

**RESPONSÁVEL: SIDNEI DA SILVA**

À PREFEITURA DE NOVA TEBAS

### ORÇAMENTO

ÔNIBUS - SERVIÇOS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN/MED	QUANT.	UNITÁRIO	TOTAL
1	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA - ONIBUS	HORA	200	390,00	78.000,00
2	ALINHAMENTO DE ONIBUS	UN	20	180,00	3.600,00
3	BALANCEAMENTO DE ONIBUS POR RODA	UN	60	120,00	7.200,00
4	CAMBAGEM POR RODA	UN	15	200,00	3.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE					91.800,00

CAMINHÃO - SERVIÇOS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN/MED	QUANT.	UNITÁRIO	TOTAL
1	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA - CAMINHÃO	HORA	200	420,00	84.000,00
2	ALINHAMENTO DE CAMINHÃO	UN	20	190,00	3.800,00
3	BALANCEAMENTO DE CAMINHÃO POR RODA	UN	60	130,00	7.800,00
4	CAMBAGEM POR RODA	UN	15	200,00	3.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE					98.600,00

AMBULANCIA/VAN - SERVIÇOS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN/MED	QUANT.	UNITÁRIO	TOTAL
1	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA – AMBULANCIA E VAN	HORA	120	280,00	33.600,00
2	ALINHAMENTO DE AMBULANCIA E VAN	UN	20	190,00	3.800,00
3	BALANCEAMENTO DE AMBULANCIA E VAN POR RODA	UN	60	100,00	6.000,00
4	CAMBAGEM POR RODA	UN	20	180,00	3.600,00
VALOR TOTAL DO LOTE					47.000,00

Mecânica Pesada Planalto

CGC 02.255.440/0001-15

SIDNEI DA  
SILVA:43518  
915991

Assinado de forma  
digital por SIDNEI DA  
SILVA:43518915991  
Dados: 2025.11.19  
09:52:07 -03'00'

CARRO BAIXO - SERVIÇOS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN/MED	QUANT.	UNITÁRIO	TOTAL
1	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA – VEÍCULOS LINHA LEVE	HORA	300	200,00	60.000,00
2	ALINHAMENTO – VEÍCULOS LINHA LEVE	UN	50	100,00	5.000,00
3	BALANCEAMENTO – VEÍCULOS LINHA LEVE POR RODA	UN	160	98,00	15.680,00
4	CAMBAGEM POR RODA – VEÍCULOS LINHA LEVE	UN	40	88,00	3.520,00
VALOR TOTAL DO LOTE					84.200,00

LINHA AMARELA/MÁQUINAS - SERVIÇOS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN/MED	QUANT.	UNITÁRIO	TOTAL
1	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA – MAQUINA PESADA	HORA	350	850,00	297.500,00
VALOR TOTAL					297.500,00

Pitanga, 19/11/2025

Orçamento válido por 90(noventa) dias.

SIDNEI DA  
SILVA:435  
18915991

Assinado de forma  
digital por SIDNEI DA  
SILVA:43518915991  
Dados: 2025.11.19  
09:52:33 -03'00'

Sidnei da Silva  
CPF: 435.189.159-91

Mercado Planalto  
CGC 02.255.440/0001-18



Valdecir dos Santos &lt;infraestruturant@gmail.com&gt;

## Solicitação de orçamento

2 mensagens

**Valdecir dos Santos** <infraestruturant@gmail.com>  
Para: mecanica sidcar <mecanica1pesada@hotmail.com>

14 de novembro de 2025 às 15:47

Prezado (os)

Boa tarde!

Venho por meio deste solicitar orçamento referente a contratação de empresa para execução de serviços de mão de obra mecânica. Caso seja de interesse desta empresa o fornecimento do mesmo, peço que esse seja preenchido, assinado e preferencialmente encaminhado como resposta a esse e-mail em até 8 dias a contar da data de hoje.



**SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO MÃO DE OBRA MECÂNICA.docx**  
18K

**Sidcar Mecanica Pesada Planalto** <mecanica1pesada@hotmail.com>  
Para: Valdecir dos Santos <infraestruturant@gmail.com>

19 de novembro de 2025 às 10:32

Bom dia,  
Segue orçamento Solicitado.  
Qualquer duvidas, estamos a disposição para esclarecimento,  
Contato: 42 99800-7723  
Obrigada  
Deus abençoe

De: Valdecir dos Santos <infraestruturant@gmail.com>  
Enviado: sexta-feira, 14 de novembro de 2025 15:47  
Para: mecanica sidcar  
Assunto: Solicitação de orçamento  
[Texto das mensagens anteriores oculto]



**Documento Escaneado 3.pdf**  
2751K



Valdecir dos Santos &lt;infraestrurant@gmail.com&gt;

---

**Solicitação de orçamento**

1 mensagem

**Valdecir dos Santos** <infraestrurant@gmail.com>

14 de novembro de 2025 às 15:48

Para: autopostont@hotmail.com

Prezado (os)

Boa tarde!

Venho por meio deste solicitar orçamento referente a contratação de empresa para execução de serviços de mão de obra mecânica. Caso seja de interesse desta empresa o fornecimento do mesmo, peço que esse seja preenchido, assinado e preferencialmente encaminhado como resposta a esse e-mail em até 8 dias a contar da data de hoje.

**SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO MÃO DE OBRA MECÂNICA.docx**

18K



Valdecir dos Santos &lt;infraestruturant@gmail.com&gt;

---

**Solicitação de orçamento**

1 mensagem

**Valdecir dos Santos** <infraestruturant@gmail.com>

14 de novembro de 2025 às 15:48

Para: ivaitractors@bol.com.br

Prezado (os)

Boa tarde!

Venho por meio deste solicitar orçamento referente a contratação de empresa para execução de serviços de mão de obra mecânica. Caso seja de interesse desta empresa o fornecimento do mesmo, peço que esse seja preenchido, assinado e preferencialmente encaminhado como resposta a esse e-mail em até 8 dias a contar da data de hoje.

**SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO MÃO DE OBRA MECÂNICA.docx**

18K

# Edital nº 167/2025

Última atualização 02/10/2025

**Local:** São Miguel Arcanjo/SP    **Órgão:** MUNICIPIO DE SAO MIGUEL ARCANJO

**Unidade compradora:** 6.2025 - SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS

**Modalidade da contratação:** Pregão - Eletrônico    **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I    **Tipo:** Edital

**Modo de disputa:** Aberto    **Registro de preço:** Sim    **Fonte orçamentária:** Municipal

**Data de divulgação no PNCP:** 02/10/2025    **Situação:** Divulgada no PNCP

**Data de início de recebimento de propostas:** 02/10/2025 18:00 (horário de Brasília)

**Data fim de recebimento de propostas:** 20/10/2025 09:05 (horário de Brasília)

**Id contratação PNCP:** 46634333000173-1-000973/2025    **Fonte:** GCASPP CONSULTORIA CONTABIL E SISTEMAS LTDA

**Objeto:**

Prestação de Serviços de Manutenção Elétrica e Mecânica, preventiva e corretiva de veículos leves e pesados de diversas marcas, pertencentes à frota municipal, com fornecimento de peças e acessórios novos, originais ou similares de primeira linha e mão de obra, através do Sistema de Registro de Preços, com execução parcelada pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.

<b>VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA</b> R\$ 1.437.237,50	<b>VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA</b> R\$ 931.600,00
---	---

- Itens
- Arquivos
- Atas de Registro de Preço
- Histórico

Número ↕	Descrição ↕	Quantidade ↕	Valor unitário estimado ↕
1	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MOTOS	100	R\$ 44,49
2	MANUTENÇÃO MECÂNICA - VEÍCULOS LEVES	3000	R\$ 114,43
3	MANUTENÇÃO MECÂNICA - VANS/MICRO-ÔNIBUS	1000	R\$ 133,12
4	MANUTENÇÃO MECÂNICA - ÔNIBUS/CAMINHÕES	2000	R\$ 145,93
5	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MÁQUINAS PESADAS	3000	R\$ 194,59



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correteude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

✉ <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

☎ [0800 978 9001](tel:08009789001)

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.

← → ↻

pnpc.gov.br/app/editais/46634333000173/2025/973

☆ 📄 📄

Confirmar sua identidade

Portal Nacional de Contratações Públicas

Buscar no PNCP

Entrar

DA COMPRA

HOMOLOGADO DA COMPRA

Item nº 4

Descrição: MANUTENÇÃO MECÂNICA - ÔNIBUS/CAMINHÕES

Critério de julgamento: Menor preço Situação: Homologado Tipo: Serviço Categoria do item de leilão: Não se aplica

Incentivo produtivo básico: Não Benefício: Sem benefício Margem de preferência normal: Não Margem de preferência adicional: Não

Exigência de conteúdo nacional (CIIA-PAC): Não

Quantidade: 2.000 Unidade de medida: HORA Valor unitário estimado: R\$ 145,93 Valor total estimado: R\$ 291.860,00

RESULTADO(S)

Ordem de classificação 1ª Data do resultado da homologação: 01/12/2025 Situação: Informado

CNPJ/CPF ou Nº de identificação do fornecedor: 04.652.883/0001-75 [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

Nome ou razão social do fornecedor: VOLTA PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

Indicador de subcontratação: Não Porte da empresa: ME Código do país: BRA

Uso da margem de preferência: Não Uso do benefício ME/EPP: Não Uso do critério de desempate: Não

Quantidade homologada: 2.000 Valor unitário homologado: R\$ 98,60 Valor total homologado: R\$ 197.200,00

Percentual de desconto aplicado ao critério de julgamento: 0,0000%

Portal

NACIONAL

CONTRATAÇÕES

PÚBLICAS

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o site eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abrangidos pelo novo diploma.

https://portaldeservicos.gestao.gov.br

0800 978 9001

Pesquisar

🌤️ 23°C Nublado 📶 🔊 🔌

17:03 01/12/2025

← → ↻

pnpc.gov.br/app/editais/46634333000173/2025/973

☆ 📁 📄

Confirme sua identidade

☰

Portal Nacional de Contratações Públicas

Buscar no PNCP

🔍 Entrar

DA COMPRA

HOMOLOGADO DA COMPRA

Item nº 3

Descrição: MANUTENÇÃO MECÂNICA - VANS/MICRO-ÔNIBUS

Critério de julgamento: Menor preço Situação: Homologado Tipo: Serviço Categoria do item de leilão: Não se aplica

Incentivo produtivo básico: Não Benefício: Sem benefício Margem de preferência normal: Não Margem de preferência adicional: Não

Exigência de conteúdo nacional (CIIA-PAC): Não

Quantidade: 1.000 Unidade de medida: HORA Valor unitário estimado: R\$ 133,12 Valor total estimado: R\$ 133.120,00

RESULTADO(S)

Ordem de classificação 1º Data do resultado da homologação: 01/12/2025 Situação: Informado

CNPJ/CPF ou Nº de identificação do fornecedor: 27.896.510/0001-20 [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)


Nome ou razão social do fornecedor: LUIZ CARLOS NOGUEIRA LAURINDO

Indicador de subcontratação: Não Porte da empresa: Demais Código do país: BRA

Uso da margem de preferência: Não Uso do benefício ME/EPP: Não Uso do critério de desempate: Não

Quantidade homologada: 1.000 Valor unitário homologado: R\$ 89,70 Valor total homologado: R\$ 89.700,00

Percentual de desconto aplicado ao critério de julgamento: 0,0000%



Portal

NACIONAL

CONTRATAÇÕES


PÚBLICAS

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o site eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abrangidos pelo novo diploma.

📧 <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

☎ 0800 978 9001

🔍 Pesquisar



🔍 📄 📁 📄

POS 17:01

FTB 01/12/2025



DA COMPRA

HOMOLOGADO DA COMPRA

## Item n° 2

**Descrição:** MANUTENÇÃO MECÂNICA - VEÍCULOS LEVES

**Critério de julgamento:** Menor preço **Situação:** Homologado **Tipo:** Serviço **Categoria do item de leilão:** Não se aplica

**Incentivo produtivo básico:** Não **Benefício:** Sem benefício **Margem de preferência normal:** Não **Margem de preferência adicional:** Não

**Exigência de conteúdo nacional (CIIA-PAC):** Não

**Quantidade:** 3.000 **Unidade de medida:** HORA **Valor unitário estimado:** R\$ 114,43 **Valor total estimado:** R\$ 343.290,00

## RESULTADO(S)

**Ordem de classificação 1ª** **Data do resultado da homologação:** 01/12/2025 **Situação:** Informado

**CNPJ/CPF ou N° de identificação do fornecedor:** 23.382.140/0001-77 [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

**Nome ou razão social do fornecedor:** MARCOS MEDEIROS OFICINA ESPECIALIZADA

**Indicador de subcontratação:** Não **Porte da empresa:** Demais **Código do país:** BRA

**Uso da margem de preferência:** Não **Uso do benefício ME/EPP:** Não **Uso do critério de desempate:** Não

**Quantidade homologada:** 3.000 **Valor unitário homologado:** R\$ 95,20 **Valor total homologado:** R\$ 285.600,00

**Percentual de desconto aplicado ao critério de julgamento:** 0,0000%



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abrangidos pelo novo diploma.

<https://portalde.servicos.gestao.gov.br>

0600 978 9001

← →

pnep.gov.br/app/editais/4663433000173/2025/979

☆

↓

Confirmar sua identidade

Portal Nacional de Contratações Públicas

Buscar no PNCP

Entrar

DA COMPRA

HOMOLOGADO DA COMPRA

Item nº 5

Descrição: MANUTENÇÃO MECÂNICA - MÁQUINAS PESADAS

Critério de julgamento: Menor preço    Situação: Homologado    Tipo: Serviço    Categoria do item de leilão: Não se aplica

Incentivo produtivo básico: Não    Benefício: Sem benefício    Margem de preferência normal: Não    Margem de preferência adicional: Não

Exigência de conteúdo nacional (CIIA-PAC): Não

Quantidade: 3.000    Unidade de medida: HORA    Valor unitário estimado: R\$ 194,59    Valor total estimado: R\$ 583.770,00

RESULTADO(S)

Ordem de classificação 1ª    Data do resultado da homologação: 01/12/2025    Situação: Informado

CNPJ/CPF ou Nº de identificação do fornecedor: 04.652.883/0001-75    [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

Nome ou razão social do fornecedor: VOLTA PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

Indicador de subcontratação: Não    Porte da empresa: ME    Código do país: BRA

Uso da margem de preferência: Não    Uso do benefício ME/EPP: Não    Uso do critério de desempate: Não

Quantidade homologada: 3.000    Valor unitário homologado: R\$ 118,70    Valor total homologado: R\$ 356.100,00

Percentual de desconto aplicado ao critério de julgamento: 0,0000%

NACIONAL  
CONTRATAÇÕES  
PÚBLICAS

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o site eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abrangidos pelo novo diploma.

https://portaldeservicos.gestao.gov.br

0800 978 9001

Pesquisar

23°C Nublado

PCB 17:05  
FTB 01/12/2025

[Home](#) > [Contratos](#)

# Contrato nº 116/2025

Última atualização 31/07/2025

**Local:** Pinhal de São Bento/PR    **Órgão:** MUNICIPIO DE PINHAL DO SAO BENTO

**Unidade executora:** 20100 - Gabinete do Prefeito

**Tipo:** Contrato (termo inicial)    **Receita ou Despesa:** Despesa    **Processo:** 116/2025    **Categoria do processo:** Serviços

**Data de divulgação no PNCP:** 31/07/2025    **Data de assinatura:** 17/07/2025    **Vigência:** de 17/07/2025 a 17/07/2026

**Id contrato PNCP:** 95590832000111-2-000118/2025    **Fonte:** Equiplano Sistemas LTDA / Equiplano Sistemas

**Id contratação PNCP:** [95590832000111-1-000079/2025](#)

**Objeto:**

Contratação de empresa para prestação de serviços de alinhamento, geometria, balanceamento e cambagem nos veículos da frota municipal.

VALOR CONTRATADO

R\$ 3.950,00

FORNECEDOR:

Tipo: Pessoa jurídica    CNPJ/CPF: 31.674.416/0001-19    [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

Nome/Razão social: JONES LUIZ SCHESCA LTDA

Arquivos

Histórico

Nome ▾	Data/Hora de Inclusão ▾
--------	-------------------------

CONTRATO 116/2025	31/07/2025 - 11:08:31
-------------------	-----------------------

[← Voltar](#)

PORTAL  
DE  
NACIONAL  
CONTRATAÇÕES  
PÚBLICAS

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.



**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 116/2025, QUE  
FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE  
PINHAL DE SÃO BENTO E A EMPRESA JONES  
LUIZ SCHESCA LTDA**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO**, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 95.590.832/0001-11, sediado na Avenida São Roque, 178, Centro, neste ato representada pelo Prefeito Municipal PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa **JONES LUIZ SCHESCA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.674.416/0001-19, sediada na Avenida XV de Novembro, 510, Centro, Ampére, Estado do Paraná, doravante designada CONTRATADA, neste ato representado(a) por JONES LUIZ SCHESCA, inscrito(a) no CPF nº 037.630.039-67, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 43/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a “**contratação de empresa para prestação de serviços de alinhamento, geometria, balanceamento e cambagem nos veículos da frota municipal**”, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Lote: 3 - SERVIÇOS DE ALINHAMENTO E AFINS PARA VANS E MICRO-ÔNIBUS						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	11524	Serviço de balanceamento - vans e micro ônibus	50,00	SERVIÇO	9,00	450,00
2	11526	Serviço de cambagem - vans e micro ônibus	50,00	SERVIÇO	40,00	2.000,00
3	12822	Serviço de alinhamento/geometria - vans e micro ônibus	30,00	SERVIÇO	50,00	1.500,00
						<b>TOTAL 3.950,00</b>

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de assinatura do contrato, prorrogável por até 05 (cinco) anos, na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133, de 2021.



2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

2.3. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.3.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.3.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.3.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.3.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.3.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.3.6. Não haja registro Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.4. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.5. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.6. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.7. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



## **5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de R\$ 3.950,00 (três mil, novecentos e cinquenta reais).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:



- 8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
- 8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
- 8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
- 8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- 8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
- 8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias;
- 8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

- 9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. A empresa contratada deverá possuir experiência e qualificação, deverá ter equipe de profissionais qualificados e experientes no ramo, que possam realizar os serviços com eficiência e segurança.



9.3. A empresa contratada deve estar disponível para prestar serviços em horários pré-determinados pelo contratante. Além disso, é importante que a empresa tenha flexibilidade de enviar uma equipe para atender a qualquer emergência que possa surgir.

9.4. Deverá possuir equipamentos e ferramentas adequadas e em bom estado de conservação para realizar os serviços.

9.5. A empresa contratada deve oferecer garantia de qualidade para os serviços prestados, gerando a satisfação do cliente.

9.6. É importante que a empresa contratada tenha todas as licenças e certificações necessárias para operar na execução do objeto contratado, demonstrando conformidade com as normas e regulamentos.

9.7. Deverá ter capacidade para atender às demandas da Prefeitura, incluindo reparos em veículos de caminhão, ônibus, veículos leves e utilitários, etc.

9.8. É importante que a empresa contratada tenha práticas responsáveis e ambientalmente sustentáveis.

9.9. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.10. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.11. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.12. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF ou por meio de sistema online, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.12.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.12.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.12.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.12.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.12.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.13. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;



- 9.14. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.15. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.22. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.23. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.24. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.25. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.26. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.27. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.28. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;



9.29. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.30. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.31. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.32. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.32.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.33. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.34. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.35. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.36. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.37. Fornecer os equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.38. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.39. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.40. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.41. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.



## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.



## **11. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Das indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.8. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.8.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e



13.8.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### 14. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Dotações						
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte	
2025	02010	06.002.10.301.1001.2043	00303	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente	
2025	03170	08.005.08.244.0801.2058	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente	
2025	01400	05.002.12.361.1201.2027	00107	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente	
2025	03530	08.006.08.243.0802.6059	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente	
2025	03930	09.002.20.606.2001.2071	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente	
2025	02580	07.002.15.451.2601.2051	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente	
2025	00200	02.001.04.122.0401.2002	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente	
2025	01380	05.002.12.361.1201.2027	00103	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente	



2025	00510	03.001.04.122.0402.2008	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
------	-------	-------------------------	-------	-----------------	-----------------------------------

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 16. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 17. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO


17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## 18. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO


18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ampére/PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Pinhal de São Bento/PR, 17 de julho de 2025.

  
**MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO**  
**PAULO FALCADE DE OLIVEIRA**  
CPF: 832.042.379-15

  
**CLEITON GASPAR**  
CPF: 085.415.329-25  
Testemunha

JONES LUIZ SCHESCA  
Assinado de forma digital por  
JONES LUIZ SCHESCA  
LTDA:316744160001  
Dados: 2025.07.28 10:54:55  
-03'00'  
**JONES LUIZ SCHESCA LTDA**  
**JONES LUIZ SCHESCA**  
CPF: 037.630.039-67

  
**KLICIELI BRUCH DE OLIVEIRA**  
CPF: 081.968.239-08  
Testemunha

Informações gerais do arquivo:



Nome do arquivo: CONTRATO-116---JONES.pdf  
Hash: 7eac55fa21f65b837aab83ea4b55be2feee4c5f05f5c9geedfb9cb41da71cc89  
Data da validação: 28/07/2025 11:11:47 BRT



Informações da Assinatura:

Assinado por: JONES LUIZ SCHESCA LTDA  
CNPJ: 31.674.416/0001-19  
CPF do representante: \*\*\*.630.039-\*\*-  
Nº de série de certificado emitente: 0x123b00a91b5ecfe9  
Data da assinatura: 28/07/2025 10:54:55 BRT

Assinatura aprovada.



Ver Relatório de Conformidade



ACESSO RÁPIDO

Validar Sobre Dúvidas Informações

Fale Conosco



**EXTRATO DE CONTRATO**

**CONTRATO Nº 116/2025**

**LICITAÇÃO:** Pregão Eletrônico n.º 43/2025.

**OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços de alinhamento, geometria, balanceamento e cambagem nos veículos da frota municipal.

**CONTRATADO:** JONES LUIZ SCHESCA LTDA.

**DATA DA ASSINATURA:** 17 de julho de 2025.

**RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

Dotações						
Exercício	da	Conta	da	Funcional programática	Fonte	Natureza
despesa		despesa			recurso	despesa
2025		02010		06.002.10.301.1001.2043	00303	3.3.90.39.00.00
						Recursos do Exercício Corrente
2025		03170		08.005.08.244.0801.2058	00000	3.3.90.39.00.00
						Recursos do Exercício Corrente
2025		01400		05.002.12.361.1201.2027	00107	3.3.90.39.00.00
						Recursos do Exercício Corrente
2025		03530		08.006.08.243.0802.6059	00000	3.3.90.39.00.00
						Recursos do Exercício Corrente
2025		03930		09.002.20.606.2001.2071	00000	3.3.90.39.00.00
						Recursos do Exercício Corrente
2025		02580		07.002.15.451.2601.2051	00000	3.3.90.39.00.00
						Recursos do Exercício Corrente
2025		00200		02.001.04.122.0401.2002	00000	3.3.90.39.00.00
						Recursos do Exercício Corrente
2025		01380		05.002.12.361.1201.2027	00103	3.3.90.39.00.00
						Recursos do Exercício Corrente
2025		00510		03.001.04.122.0402.2008	00000	3.3.90.39.00.00
						Recursos do Exercício Corrente

**FORMA DE PAGAMENTO:** Em até 30 dias após a emissão da nota fiscal.

**VALOR TOTAL:** R\$ 3.950,00 (três mil, novecentos e cinquenta reais).

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 meses após a assinatura do contrato.

Pinhal de São Bento/PR, 17 de julho de 2025.

**PAULO FALCADE DE OLIVEIRA**  
Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE CONTRATO

**CONTRATO Nº 116/2025**  
**LICITAÇÃO:** Pregão Eletrônico n.º 43/2025.  
**OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços de alinhamento, geometria, balanceamento e cambagem nos veículos da frota municipal.  
**CONTRATADO:** JONES LUIZ SCHESCA LTDA.  
**DATA DA ASSINATURA:** 17 de julho de 2025.  
**RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2025	02010	06.002.10.301.1001.2043	00303	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	03170	08.005.08.244.0801.2058	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	01400	05.002.12.361.1201.2027	00107	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	03530	08.006.08.243.0802.6059	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	03930	09.002.20.606.2001.2071	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	02580	07.002.15.451.2601.2051	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	00200	02.001.04.122.0401.2002	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	01380	05.002.12.361.1201.2027	00103	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	00510	03.001.04.122.0402.2008	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente

**FORMA DE PAGAMENTO:** Em até 30 dias após a emissão da nota fiscal.  
**VALOR TOTAL:** R\$ 3.950,00 (três mil, novecentos e cinquenta reais).  
**PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 meses após a assinatura do contrato.

Pinhal de São Bento/PR, 17 de julho de 2025.

**PAULO FALCADE DE OLIVEIRA**  
Prefeito Municipal

Publicado por:  
Fernando Skreypczak  
Código Identificador:8DCC0E0E

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 18/07/2025. Edição 3322  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>

**PREFEITURA DE  
PINHAL DE  
SÃO BENTO****EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO Nº 113/2025**

**LICITAÇÃO:** Pregão Eletrônico n.º 45/2025. **OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços de mecânica em geral de veículos leves utilitários, ônibus e caminhões para a frota municipal do Município de Pinhal de São Bento-PR.

**CONTRATADO:** VANDERLEI OLEIAS **DATA DA ASSINATURA:** 16 de julho de 2025.

**RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

Exercício despesa	Conta despesa	Funcional programática	Fonte recursos	Natureza despesa	Grupo da fonte
2025	00200	02.001.04.122.0401.2002	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	00510	03.001.04.122.0402.2008	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	01220	05.002.12.361.1201.2026	00118	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	01380	05.002.12.361.1201.2027	00103	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	02010	06.002.10.301.1001.2043	00303	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	02580	07.002.15.451.2601.2051	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	03170	08.005.08.244.0801.2058	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	03530	08.006.08.243.0802.6059	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	03930	09.002.20.606.2001.2071	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente

**FORMA DE PAGAMENTO:** Em até 30 dias após a emissão da nota fiscal.

**VALOR TOTAL:** R\$ 107.520,00 (cento e sete mil, quinhentos e vinte reais).

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 meses após a assinatura do contrato.

Pinhal de São Bento/PR, 16 de julho de 2025.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal

**PREFEITURA DE  
PINHAL DE  
SÃO BENTO****EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO Nº 114/2025**

**LICITAÇÃO:** Pregão Eletrônico n.º 45/2025. **OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços de mecânica em geral de veículos leves utilitários, ônibus e caminhões para a frota municipal do Município de Pinhal de São Bento-PR.

**CONTRATADO:** NELDO LIEGEL MARTINS. **DATA DA ASSINATURA:** 16 de julho de 2025.

**RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

Exercício despesa	Conta despesa	Funcional programática	Fonte recursos	Natureza despesa	Grupo da fonte
2025	00200	02.001.04.122.0401.2002	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	00510	03.001.04.122.0402.2008	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	01220	05.002.12.361.1201.2026	00118	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	01380	05.002.12.361.1201.2027	00103	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	02010	06.002.10.301.1001.2043	00303	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	02580	07.002.15.451.2601.2051	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	03170	08.005.08.244.0801.2058	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	03530	08.006.08.243.0802.6059	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	03930	09.002.20.606.2001.2071	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente

**FORMA DE PAGAMENTO:** Em até 30 dias após a emissão da nota fiscal.

**VALOR TOTAL:** R\$ 151.575,00 (cento e cinquenta e um mil, quinhentos e setenta e cinco reais).

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 meses após a assinatura do contrato.

Pinhal de São Bento/PR, 16 de julho de 2025.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal

**PREFEITURA DE  
PINHAL DE  
SÃO BENTO****EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO Nº 115/2025**

**LICITAÇÃO:** Pregão Eletrônico n.º 43/2025. **OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços de alinhamento, geometria, balanceamento e cambagem nos veículos da frota municipal.

**CONTRATADO:** VIA 1 PNEUS E AUTO CENTER LTDA.

**DATA DA ASSINATURA:** 17 de julho de 2025.

**RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

Exercício despesa	Conta despesa	Funcional programática	Fonte recursos	Natureza despesa	Grupo da fonte
2025	02010	06.002.10.301.1001.2043	00303	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	03170	08.005.08.244.0801.2058	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	01400	05.002.12.361.1201.2027	00107	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	03530	08.006.08.243.0802.6059	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	03930	09.002.20.606.2001.2071	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	02580	07.002.15.451.2601.2051	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	00200	02.001.04.122.0401.2002	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	01380	05.002.12.361.1201.2027	00103	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	00510	03.001.04.122.0402.2008	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente

**FORMA DE PAGAMENTO:** Em até 30 dias após a emissão da nota fiscal.

**VALOR TOTAL:** R\$ 65.600,00 (sessenta e cinco mil e seiscentos reais).

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 meses após a assinatura do contrato.

Pinhal de São Bento/PR, 17 de julho de 2025.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal

**PREFEITURA DE  
PINHAL DE  
SÃO BENTO****EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO Nº 116/2025**

**LICITAÇÃO:** Pregão Eletrônico n.º 43/2025.

**OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços de alinhamento, geometria, balanceamento e cambagem nos veículos da frota municipal.

**CONTRATADO:** JONES LUIZ SCHESCA LTDA. **DATA DA ASSINATURA:** 17 de julho de 2025.

**RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

Exercício despesa	Conta despesa	Funcional programática	Fonte recursos	Natureza despesa	Grupo da fonte
2025	02010	06.002.10.301.1001.2043	00303	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	03170	08.005.08.244.0801.2058	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	01400	05.002.12.361.1201.2027	00107	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	03530	08.006.08.243.0802.6059	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	03930	09.002.20.606.2001.2071	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	02580	07.002.15.451.2601.2051	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	00200	02.001.04.122.0401.2002	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	01380	05.002.12.361.1201.2027	00103	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	00510	03.001.04.122.0402.2008	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente

**FORMA DE PAGAMENTO:** Em até 30 dias após a emissão da nota fiscal.

**VALOR TOTAL:** R\$ 3.950,00 (três mil, novecentos e cinquenta reais).

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 meses após a assinatura do contrato.

Pinhal de São Bento/PR, 17 de julho de 2025.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal

**ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO  
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 08/2025**

O Prefeito Municipal de Salgado Filho, Volmar Duarte, através do Departamento de Licitações, no uso de suas atribuições legais, torna pública a **RETIFICAÇÃO DO EDITAL** da Concorrência nº 08/2025, cujo objeto é a "Contratação de empresa especializada em engenharia civil para construção de uma capela mortuária, no Município de Salgado Filho/PR, totalizando 207,20 m²".

Onde se lê:

**CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS:** Até 08:29 horas do dia 22 de julho de 2025

**ABERTURA DAS PROPOSTAS:** As 08:30 horas do dia 22 de julho de 2025

**VALOR UNITÁRIO (R\$):** 384.901,63

**VALOR TOTAL (R\$):** 384.901,63

Leia-se:

**CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS:** Até 08:29 horas do dia 26 de agosto de 2025

**ABERTURA DAS PROPOSTAS:** As 08:30 horas do dia 26 de agosto de 2025

**VALOR UNITÁRIO (R\$):** 437.696,68

**VALOR TOTAL (R\$):** 437.696,68

Comunicamos, ainda, que foram realizadas alterações na pasta de arquivos do projeto.

O edital retificado encontra-se disponível na plataforma ComprasGov e no site eletrônico oficial do Município, por meio do link:

<https://salgadofilho.pr.gov.br/licitacao/view/?id=3423>

Demais disposições do edital que não foram expressamente alteradas permanecem inalteradas.

Salgado Filho/PR, 17 de julho de 2025. Volmar Duarte - Prefeito Municipal



**ONDE O LIXO  
ACUMULA,  
A DENGUE SE  
MULTIPLICA.**

Cada Objeto  
Descartado  
Pode Ser um  
Bercário para o  
Mosquito



Faça sua parte

Descarte com  
responsabilidade  
e proteja nossa  
comunidade.



**BOA ESPERANÇA  
DO IGUAÇU**

# Contrato nº 115/2025

Última atualização 31/07/2025

**Local:** Pinhal de São Bento/PR    **Órgão:** MUNICIPIO DE PINHAL DO SAO BENTO

**Unidade executora:** 20100 - Gabinete do Prefeito

**Tipo:** Contrato (termo inicial)    **Receita ou Despesa:** Despesa    **Processo:** 115/2025    **Categoria do processo:** Serviços

**Data de divulgação no PNCP:** 31/07/2025    **Data de assinatura:** 17/07/2025    **Vigência:** de 17/07/2025 a 17/07/2026

**Id contrato PNCP:** 95590832000111-2-000117/2025    **Fonte:** Equiplano Sistemas LTDA / Equiplano Sistemas

**Id contratação PNCP:** [95590832000111-1-000079/2025](#)

**Objeto:**

Contratação de empresa para prestação de serviços de alinhamento, geometria, balanceamento e cambagem nos veículos da frota municipal.

VALOR CONTRATADO

R\$ 65.600,00

FORNECEDOR:

Tipo:

Pessoa jurídica

CNPJ/CPF:

11.422.034/0001-90

[Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

Nome/Razão social:

VIA 1 PNEUS E AUTO CENTER LTDA

Arquivos

Histórico

Nome	Data/Hora de Inclusão
------	-----------------------

CONTRATO 115/2025	31/07/2025 - 11:04:12
-------------------	-----------------------

<

Voltar



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.



**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 115/2025, QUE  
FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE  
PINHAL DE SÃO BENTO E A EMPRESA VIA 1  
PNEUS E AUTO CENTER LTDA**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO**, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 95.590.832/0001-11, sediado na Avenida São Roque, 178, Centro, neste ato representada pelo Prefeito Municipal PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa **VIA 1 PNEUS E AUTO CENTER LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.422.034/0001-90, sediada na Avenida Porto Alegre, 234, Centro, Francisco Beltrão, Estado do Paraná, doravante designada CONTRATADA, neste ato representado(a) por ÁLVARO CÉSAR KISTER RODRIGUES, inscrito(a) no CPF nº 627.349.979-91, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 43/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a **“contratação de empresa para prestação de serviços de alinhamento, geometria, balanceamento e cambagem nos veículos da frota municipal”**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Lote 1 - SERVIÇOS DE ALINHAMENTO E AFINS PARA VEÍCULOS LEVES						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	11516	Serviço de balanceamento - veículos leves	400,00	SERVIÇO	7,00	2.800,00
2	11518	Serviço de cambagem - veículos leves	400,00	SERVIÇO	55,00	22.000,00
3	12820	Serviço de alinhamento/geometria - veículos leves	200,00	SERVIÇO	45,00	9.000,00
						<b>TOTAL 33.800,00</b>
Lote 2 - SERVIÇOS DE ALINHAMENTO E AFINS PARA ÔNIBUS E CAMINHÕES						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	11520	Serviço de balanceamento - ônibus e caminhões	200,00	SERVIÇO	9,00	1.800,00
2	11522	Serviço de cambagem - ônibus e caminhões	200,00	SERVIÇO	90,00	18.000,00
3	12821	Serviço de alinhamento/geometria – ônibus e caminhões	100,00	SERVIÇO	120,00	12.000,00
						<b>TOTAL 31.800,00</b>

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.



## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de assinatura do contrato, prorrogável por até 05 (cinco) anos, na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

2.3. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.3.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.3.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.3.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.3.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.3.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.3.6. Não haja registro Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.4. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.5. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.6. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.7. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



#### **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de R\$ 65.600,00 (sessenta e cinco mil e seiscentos reais).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;



8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias;

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

- 9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. A empresa contratada deverá possuir experiência e qualificação, deverá ter equipe de profissionais qualificados e experientes no ramo, que possam realizar os serviços com eficiência e segurança.
- 9.3. A empresa contratada deve estar disponível para prestar serviços em horários pré-determinados pelo contratante. Além disso, é importante que a empresa tenha flexibilidade de enviar uma equipe para atender a qualquer emergência que possa surgir.
- 9.4. Deverá possuir equipamentos e ferramentas adequadas e em bom estado de conservação para realizar os serviços.
- 9.5. A empresa contratada deve oferecer garantia de qualidade para os serviços prestados, gerando a satisfação do cliente.
- 9.6. É importante que a empresa contratada tenha todas as licenças e certificações necessárias para operar na execução do objeto contratado, demonstrando conformidade com as normas e regulamentos.
- 9.7. Deverá ter capacidade para atender às demandas da Prefeitura, incluindo reparos em veículos de caminhão, ônibus, veículos leves e utilitários, etc.
- 9.8. É importante que a empresa contratada tenha práticas responsáveis e ambientalmente sustentáveis.
- 9.9. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.10. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.11. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.12. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF ou por meio de sistema online, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 9.12.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
  - 9.12.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
  - 9.12.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;



9.12.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.12.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.13. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.14. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.15. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.22. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.23. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.24. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.25. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;



- 9.26. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.27. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.28. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.29. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.30. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.31. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.32. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.32.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.33. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.34. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.35. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.36. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.37. Fornecer os equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.38. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.39. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.40. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;



9.41. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.



10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Das indenizações e multas.



13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.8. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.8.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.8.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### 14. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Dotações						
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte	
2025	02010	06.002.10.301.1001.2043	00303	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente	
2025	03170	08.005.08.244.0801.2058	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente	



2025	01400	05.002.12.361.1201.2027	00107	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	03530	08.006.08.243.0802.6059	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	03930	09.002.20.606.2001.2071	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	02580	07.002.15.451.2601.2051	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	00200	02.001.04.122.0401.2002	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	01380	05.002.12.361.1201.2027	00103	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	00510	03.001.04.122.0402.2008	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 16. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

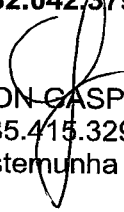
## 17. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## 18. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ampére/PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.


  
**MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO**  
**PAULO FALCADE DE OLIVEIRA**  
CPF: 832.042.379-15

  
**CLEITON GASPAR**  
CPF: 085.415.329-25  
Testemunha

Pinhal de São Bento/PR, 17 de julho de 2025.

VIA 1 PNEUS E AUTO CENTER LTDA:11422034000190  
Assinado de forma digital por VIA 1 PNEUS E AUTO CENTER LTDA:11422034000190  
Dados: 2025.07.22 16:20:46 -03'00'

**VIA 1 PNEUS E AUTO CENTER LTDA**  
**ÁLVARO CÉSAR KISTER RODRIGUES**  
CPF: 627.349.979-91

  
**KLICIELI BRUCH DE OLIVEIRA**  
CPF: 081.968.239-08  
Testemunha

**Atenção:** O conteúdo do documento é de inteira responsabilidade do(s) signatário(s).

### Informações gerais do arquivo:

Nome do arquivo: DOCUMENTO.pdf

Hash: 1c24a19e5884307e0c4b63f723734b5abdfed521docod33fc8b729a58c16238e

Data da validação: 25/07/2025 13:50:25 BRT



### Informações da Assinatura:

Assinado por: VIA 1 PNEUS E AUTO CENTER LTDA

CNPJ: 11.422.034/0001-90

CPF do representante: \*\*\*.349.979-\*\*

Nº de série de certificado emitente: ox694f9ao7377ff833

Data da assinatura: 22/07/2025 16:20:46 BRT

Assinatura aprovada.



[Ver Relatório de Conformidade](#)

### ACESSO RÁPIDO

[Validar](#)

[Sobre](#)

[Dúvidas](#)

[Informações](#)

[Fale Conosco](#)



## EXTRATO DE CONTRATO

**CONTRATO Nº 115/2025**

**LICITAÇÃO:** Pregão Eletrônico n.º 43/2025.

**OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços de alinhamento, geometria, balanceamento e cambagem nos veículos da frota municipal.

**CONTRATADO:** VIA 1 PNEUS E AUTO CENTER LTDA.

**DATA DA ASSINATURA:** 17 de julho de 2025.

### RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Dotações						
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte	
2025	02010	06.002.10.301.1001.2043	00303	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente	
2025	03170	08.005.08.244.0801.2058	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente	
2025	01400	05.002.12.361.1201.2027	00107	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente	
2025	03530	08.006.08.243.0802.6059	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente	
2025	03930	09.002.20.606.2001.2071	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente	
2025	02580	07.002.15.451.2601.2051	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente	
2025	00200	02.001.04.122.0401.2002	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente	
2025	01380	05.002.12.361.1201.2027	00103	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente	
2025	00510	03.001.04.122.0402.2008	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente	

**FORMA DE PAGAMENTO:** Em até 30 dias após a emissão da nota fiscal.

**VALOR TOTAL:** R\$ 65.600,00 (sessenta e cinco mil e seiscentos reais).

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 meses após a assinatura do contrato.

Pinhal de São Bento/PR, 17 de julho de 2025.

**PAULO FALCADE DE OLIVEIRA**  
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

193

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

**CONTRATO Nº 115/2025**  
**LICITAÇÃO:** Pregão Eletrônico n.º 43/2025.  
**OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços de alinhamento, geometria, balanceamento e cambagem nos veículos da frota municipal.  
**CONTRATADO:** VIA 1 PNEUS E AUTO CENTER LTDA.  
**DATA DA ASSINATURA:** 17 de julho de 2025.  
**RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2025	02010	06.002.10.301.1001.2043	00303	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	03170	08.005.08.244.0801.2058	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	01400	05.002.12.361.1201.2027	00107	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	03530	08.006.08.243.0802.6059	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	03930	09.002.20.606.2001.2071	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	02580	07.002.15.451.2601.2051	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	00200	02.001.04.122.0401.2002	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
	01380	05.002.12.361.1201.2027	00103	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	00510	03.001.04.122.0402.2008	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente

**FORMA DE PAGAMENTO:** Em até 30 dias após a emissão da nota fiscal.  
**VALOR TOTAL:** R\$ 65.600,00 (sessenta e cinco mil e seiscentos reais).  
**PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 meses após a assinatura do contrato.

Pinhal de São Bento/PR, 17 de julho de 2025.

**PAULO FALCADE DE OLIVEIRA**  
Prefeito Municipal

Publicado por:  
Fernando Skreypczak  
Código Identificador:173DBE91

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 18/07/2025. Edição 3322  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>


**PREFEITURA DE  
PINHAL DE  
SÃO BENTO**
**EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO Nº 113/2025**

**LICITAÇÃO:** Pregão Eletrônico n.º 45/2025. **OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços de mecânica em geral de veículos leves utilitários, ônibus e caminhões para a frota municipal do Município de Pinhal de São Bento-PR.

**CONTRATADO:** VANDERLEI OLEIAS, DATA DA ASSINATURA: 16 de julho de 2025.

**RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2025	00200	02.001.04.122.0401.2002	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	00510	03.001.04.122.0402.2008	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	01220	05.002.12.361.1201.2026	00118	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	01380	05.002.12.361.1201.2027	00103	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	02010	06.002.10.301.1001.2043	00303	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	02580	07.002.15.451.2601.2051	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	03170	08.005.08.244.0801.2058	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	03530	08.006.08.243.0802.6059	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	03930	09.002.20.606.2001.2071	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente

**FORMA DE PAGAMENTO:** Em até 30 dias após a emissão da nota fiscal.

**VALOR TOTAL:** R\$ 107.520,00 (cento e sete mil, quinhentos e vinte reais).

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 meses após a assinatura do contrato.

Pinhal de São Bento/PR, 16 de julho de 2025.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal


**PREFEITURA DE  
PINHAL DE  
SÃO BENTO**
**EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO Nº 114/2025**

**LICITAÇÃO:** Pregão Eletrônico n.º 45/2025. **OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços de mecânica em geral de veículos leves utilitários, ônibus e caminhões para a frota municipal do Município de Pinhal de São Bento-PR.

**CONTRATADO:** NELDO LIEGEL MARTINS, DATA DA ASSINATURA: 16 de julho de 2025.

**RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2025	00200	02.001.04.122.0401.2002	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	00510	03.001.04.122.0402.2008	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	01220	05.002.12.361.1201.2026	00118	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	01380	05.002.12.361.1201.2027	00103	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	02010	06.002.10.301.1001.2043	00303	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	02580	07.002.15.451.2601.2051	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	03170	08.005.08.244.0801.2058	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	03530	08.006.08.243.0802.6059	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	03930	09.002.20.606.2001.2071	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente

**FORMA DE PAGAMENTO:** Em até 30 dias após a emissão da nota fiscal.

**VALOR TOTAL:** R\$ 151.575,00 (cento e cinquenta e um mil, quinhentos e setenta e cinco reais).

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 meses após a assinatura do contrato.

Pinhal de São Bento/PR, 16 de julho de 2025.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal


**PREFEITURA DE  
PINHAL DE  
SÃO BENTO**
**EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO Nº 115/2025**

**LICITAÇÃO:** Pregão Eletrônico n.º 43/2025. **OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços de alinhamento, geometria, balanceamento e cambagem nos veículos da frota municipal.

**CONTRATADO:** VIA 1 PNEUS E AUTO CENTER LTDA.

**DATA DA ASSINATURA:** 17 de julho de 2025.

**RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2025	02010	06.002.10.301.1001.2043	00303	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	03170	08.005.08.244.0801.2058	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	01400	05.002.12.361.1201.2027	00107	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	03530	08.006.08.243.0802.6059	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	03930	09.002.20.606.2001.2071	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	02580	07.002.15.451.2601.2051	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	00200	02.001.04.122.0401.2002	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	01380	05.002.12.361.1201.2027	00103	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	00510	03.001.04.122.0402.2008	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente

**FORMA DE PAGAMENTO:** Em até 30 dias após a emissão da nota fiscal.

**VALOR TOTAL:** R\$ 65.600,00 (sessenta e cinco mil e seiscentos reais).

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 meses após a assinatura do contrato.

Pinhal de São Bento/PR, 17 de julho de 2025.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal


**PREFEITURA DE  
PINHAL DE  
SÃO BENTO**
**EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO Nº 116/2025**

**LICITAÇÃO:** Pregão Eletrônico n.º 43/2025.

**OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços de alinhamento, geometria, balanceamento e cambagem nos veículos da frota municipal.

**CONTRATADO:** JONES LUIZ SOHESCA LTDA, DATA DA ASSINATURA: 17 de julho de 2025.

**RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2025	02010	06.002.10.301.1001.2043	00303	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	03170	08.005.08.244.0801.2058	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	01400	05.002.12.361.1201.2027	00107	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	03530	08.006.08.243.0802.6059	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	03930	09.002.20.606.2001.2071	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	02580	07.002.15.451.2601.2051	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	00200	02.001.04.122.0401.2002	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	01380	05.002.12.361.1201.2027	00103	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	00510	03.001.04.122.0402.2008	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente

**FORMA DE PAGAMENTO:** Em até 30 dias após a emissão da nota fiscal.

**VALOR TOTAL:** R\$ 3.950,00 (três mil, novecentos e cinquenta reais).

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 meses após a assinatura do contrato.

Pinhal de São Bento/PR, 17 de julho de 2025.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal

**ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO  
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 08/2025**

O Prefeito Municipal de Salgado Filho, Volmar Duarte, através do Departamento de Licitações, no uso de suas atribuições legais, torna pública a RETIFICAÇÃO DO EDITAL da Concorrência nº 08/2025, cujo objeto é a "Contratação de empresa especializada em engenharia civil para construção de uma capela mortuária, no Município de Salgado Filho/PR, totalizando 207,20 m²".

Onde se lê:

CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS: Até 08:29 horas do dia 22 de julho de 2025

ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08:30 horas do dia 22 de julho de 2025

VALOR UNITÁRIO (R\$): 384.901,63

VALOR TOTAL (R\$): 384.901,63

Leia-se:

CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS: Até 08:29 horas do dia 26 de agosto de 2025

ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08:30 horas do dia 26 de agosto de 2025

VALOR UNITÁRIO (R\$): 437.696,68

VALOR TOTAL (R\$): 437.696,68

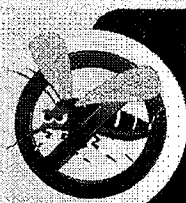
Comunicamos, ainda, que foram realizadas alterações na pasta de arquivos do projeto.

O edital retificado encontra-se disponível na plataforma ComprasGov e no sítio eletrônico oficial do Município, por meio do link:

<https://salgadofilho.pr.gov.br/licitacao/view/?id=3423>

Demais disposições do edital que não foram expressamente alteradas permanecem inalteradas.

Salgado Filho/PR, 17 de julho de 2025. Volmar Duarte - Prefeito Municipal

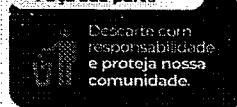


**ONDE O LIXO  
ACUMULA,  
A DENGUE SE  
MULTIPLICA.**

Cada Objeto  
Descartado  
Pode Ser um  
Bercário para o  
Mosquito



Faça sua parte



**BOA ESPERANÇA  
DO IGUAÇU**

## Proc. Administrativo 13- 5.957/2025

**De:** COMERCIAL E CONSTRUTORA RIBAS LTDA

**Para:** Envolvidos internos acompanhando

**Data:** 08/10/2025 às 12:21:36

**Setores envolvidos:**

GABINETE PREFEITO, CI, ASS-JR, SEC-COMP-LC, DEP-LC, SEC-ED, ADM - EDU

### aditivo 48-2024, COMERCIAL E CONSTRUTORA RIBAS LTDA- ME

Em qua., 10 de set. de 2025, 16:55, Prefeitura de Manoel Ribas Governo Digital [notificacao@1doc.com.br](mailto:notificacao@1doc.com.br) escreveu:

**Solicitação de assinatura em Proc. Administrativo (Despacho) 11- 5.957/2025**



Luis solicitou sua assinatura em 10/09/2025 às 16:55

Para revisar e assinar este documento, clique no botão a seguir.

Caso tenha dúvidas sobre o processo de assinatura digital, acesse este .

*Enviado e rastreado com .*

Para cancelar recebimento de comunicação de **Prefeitura de Manoel Ribas Governo Digital** neste e-mail, .

**Anexos:**

PRIMEIRO\_TERMO\_ADITIVO\_ATA\_234\_2024assinado.pdf



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS**

## **Estado do Paraná**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 234/2024 - DL/PMMR**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 113/2024 - PMMR**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2024 – PMMR**

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – Nº 36/2024 – PMMR**

**CONTRATANTE:** Município de Manoel Ribas, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno, com sede à Rua Sete de Setembro, 366, inscrito no CNPJ sob nº 75.740.811/0001-28, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. José Carlos da Silva Corona, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG sob nº 9.032.023-8 SESP/PR e CPF sob nº 061.435.219-30.

**CONTRATADA: COMERCIAL E CONSTRUTORA RIBAS LTDA - ME** – pessoa jurídica, de direito privado com sede à R ROD PRT 466, S/Nº, CEP: 85.260-000, PARQUE INDUSTRIAL, na cidade de Manoel Ribas, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ: 80.058.647/0001-03; adjudicatária do Processo Administrativo nº 113/2024 – PMMR - Pregão Eletrônico nº 48/2024 - PMMR, Sistema de Registro de Preços nº 36/2024 – PMMR, neste ato representado pelo seu Representante Legal, Senhor Eric Charles da Costa Lima, Portador do CPF nº 102.154.129-07; residente e domiciliado na cidade de Manoel Ribas, Estado do Paraná.

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente termo aditivo a Ata nº 233/2024 – PMMR, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n.º 14.133/21, e às seguintes cláusulas:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência da Ata de Registro de Preços para a contratação de empresa(s) especializada(s) para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, SERVIÇOS DE MECÂNICA ESPECIALIZADA EM CAMINHÕES, ÔNIBUS, MICROÔNIBUS MÁQUINAS PESADAS E IMPLEMENTOS EM GERAL, para atendimento da frota das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Manoel Ribas/PR, firmada entre as partes em **12/09/2024**.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO**

Pelo presente termo aditivo, fica prorrogada a vigência da ata **para mais 12 meses.**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

## CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO TERMO ADITIVO

O presente Termo Aditivo tem por finalidade a prorrogação de prazo e de quantidades da ata, sendo assim solicita-se parecer para aditivo, de prazo para mais 12 (doze) meses e quantidades, com reajuste de 5,13% conforme acumulado nos últimos 12 (doze) meses pelo INPC.

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Quantidade	Valor anterior	Valor com reajuste de 5,13%	Preço total
3	1	SERVIÇO DE MECANICA ESPECIALIZADA EM MAQUINAS PESADAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS.	Serviço	H	400	110,00	115,64	46.256,00
TOTAL								46.256,00

## CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Dotação			
Exercício	Conta da despesa	Natureza	Fonte de recurso
2025	00016	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00000 - Recursos Ordinários (Livres)
2025	00062	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00000 - Recursos Ordinários (Livres)
2025	00063	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00510 – Taxas – Exercício Poder de Polícia – Arrecadação na Administração Direta- Exerc
2025	00064	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00511 – Taxas – Prestação de Serviços – Arrecadação na Administração Direta- Exercício
2025	00124	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00000 - Recursos Ordinários (Livres)
2025	05557	3.3.90.39.00.00 - OUTROS	00000 - Recursos Ordinários (Livres)



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS**

**Estado do Paraná**

		SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2025	00191	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00103 – 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
2025	00192	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00104 – Demais Impostos vinculados à educação básica
2025	00193	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00107 – Salário Educação
2025	00240	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00102 – FUNDEB 30%
2025	00241	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00103 – 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
2025	00242	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00104 – Demais Impostos vinculados à educação básica
2025	00243	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	EA 00107 – Salário Educação
2025	00352	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00000 - Recursos Ordinários (Livres)
2025	00353	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00303 – Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%)
2025	00354	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00493 – Bloco de Custeios das Ações e Serviços Públicos de Saúde (Estado)
2025	00381	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00000 - Recursos Ordinários (Livres)

**Rua 7 de Setembro, 366 – Telefax: (0\*\*43) 3435-1223 – CEP 85.260-000  
Manoel Ribas – Paraná**

Assinado por 1 pessoa: JOSÉ CARLOS DA SILVA CORONA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://manoeiribas.1doc.com.br/verificacao/5BBF-3297-78D8-EA95> e informe o código 5BBF-3297-78D8-EA95





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS**

**Estado do Paraná**

2025	00382	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00303 – Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%)
2025	00431	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00000 - Recursos Ordinários (Livres)
2025	00477	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00000 - Recursos Ordinários (Livres)
2025	00499	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00000 - Recursos Ordinários (Livres)
2025	00542	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00000 - Recursos Ordinários (Livres)
2025	00569	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00000 - Recursos Ordinários (Livres)

## **CLÁUSULA QUINTA – JUSTIFICATIVA**

O presente termo aditivo decorre de autorização da Secretaria Municipal de Educação, da contratante, exarada no **PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA N° 234/2024 - DL/PMMR** e encontra amparo legal no artigo 84, da Lei n.º 14.133/21.

## **CLÁUSULA SEXTA – ALTERAÇÕES**

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS**

## **Estado do Paraná**

Manoel Ribas, 10 de setembro de 2025

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** KAMILA APARECIDA KULKAMP  
Data: 08/10/2025 12:13:58-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

### **CONTRATANTE**

MUNICÍPIO DE MANOEL RIBAS  
JOSÉ CARLOS DA SILVA CORONA  
RG nº 9.032.023-8 SESP/PR  
CPF nº 061.435.219-30

### **CONTRATADA**

**COMERCIAL E CONSTRUTORA RIBAS LTDA - ME**  
CNPJ Nº: 80.058.647/0001-03  
ERIC CHARLES DA COSTA LIMA  
CPF: 102.154.129-07  
REPRESENTANTE LEGAL



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 5BBF-3297-78D8-EA95

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JOSÉ CARLOS DA SILVA CORONA (CPF 061.XXX.XXX-30) em 09/10/2025 10:03:13 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://manoelribas.1doc.com.br/verificacao/5BBF-3297-78D8-EA95>



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS**

## **Estado do Paraná**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 233/2024 - DL/PMMR**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 113/2024 - PMMR**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2024 – PMMR**  
**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – Nº 36/2024 – PMMR**

**CONTRATANTE:** Município de Manoel Ribas, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno, com sede à Rua Sete de Setembro, 366, inscrito no CNPJ sob nº 75.740.811/0001-28, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. José Carlos da Silva Corona, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG sob nº 9.032.023-8 SESP/PR e CPF sob nº 061.435.219-30.

**CONTRATADA: MECANICA PESADA PLANALTO LTDA - ME** – pessoa jurídica, de direito privado com sede à RUA AMADEU BONASSOLI, Nº 140, CEP: 85.200-000, BAIRRO VILA PLANALTO, na cidade de Pitanga, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ: 02.255.440/0001-15; adjudicatária do Processo Administrativo nº 113/2024 – PMMR - Pregão Eletrônico nº 48/2024 - PMMR, Sistema de Registro de Preços nº 36/2024 – PMMR, neste ato representado pelo seu Representante Legal, Senhor Sidnei da Silva, Portador do CPF nº 435.189.159-91; residente e domiciliado na cidade de Pitanga, Estado do Paraná.

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente termo aditivo a Ata nº 233/2024 – PMMR, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n.º 14.133/21, e às seguintes cláusulas:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência da Ata de Registro de Preços para a contratação de empresa(s) especializada(s) para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, SERVIÇOS DE MECÂNICA ESPECIALIZADA EM CAMINHÕES, ÔNIBUS, MICROÔNIBUS MÁQUINAS PESADAS E IMPLEMENTOS EM GERAL, para atendimento da frota das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Manoel Ribas/PR, firmada entre as partes em **12/09/2024**.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO**

Pelo presente termo aditivo, fica prorrogada a vigência da ata **para mais 12 meses.**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

## CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO TERMO ADITIVO

O presente Termo Aditivo tem por finalidade a prorrogação de prazo e de quantidades da ata, sendo assim solicita-se parecer para aditivo, de prazo para mais 12 (doze) meses e quantidades, com reajuste de 5,13% conforme acumulado nos últimos 12 (doze) meses pelo INPC.

MECANICA PESADA PLANALTO LTDA ME								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Quantidade	Valor anterior	Valor com reajuste de 5,13%	Preço total
1	1	SERVIÇO DE MECANICA ESPECIALIZADA EM CAMINHÕES.	Serviço	H	1.000	177,00	186,08	186.080,00
2	1	SERVIÇO DE MECANICA ESPECIALIZADA EM ONIBUS E MICROONIBUS.	Serviço	H	800	179,00	188,18	150.544,00
TOTAL								336.624,00

## CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Dotação			
Exercício	Conta da despesa	Natureza	Fonte de recurso
2025	00016	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00000 - Recursos Ordinários (Livres)
2025	00062	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00000 - Recursos Ordinários (Livres)
2025	00063	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00510 – Taxas – Exercício Poder de Polícia – Arrecadação na Administração Direta- Exerc
2025	00064	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00511 – Taxas – Prestação de Serviços – Arrecadação na Administração Direta- Exercício
2025	00124	3.3.90.39.00.00 - OUTROS	00000 - Recursos Ordinários (Livres)

Rua 7 de Setembro, 366 – Telefax: (0\*\*43) 3435-1223 – CEP 85.260-000  
Manoel Ribas – Paraná



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS**

**Estado do Paraná**

		SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2025	05557	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00000 - Recursos Ordinários (Livres)
2025	00191	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00103 – 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
2025	00192	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00104 – Demais Impostos vinculados à educação básica
2025	00193	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00107 – Salário Educação
2025	00240	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00102 – FUNDEB 30%
2025	00241	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00103 – 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
2025	00242	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00104 – Demais Impostos vinculados à educação básica
2025	00243	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	EA 00107 – Salário Educação
2025	00352	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00000 - Recursos Ordinários (Livres)
2025	00353	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00303 – Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%)
2025	00354	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00493 – Bloco de Custeios das Ações e Serviços Públicos de Saúde (Estado)

**Rua 7 de Setembro, 366 – Telefax: (0\*\*43) 3435-1223 – CEP 85.260-000  
Manoel Ribas – Paraná**

Assinado por 1 pessoa: JOSÉ CARLOS DA SILVA CORONA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://manoeiribas.1doc.com.br/verificacao/7FA4-801D-2539-0EF8> e informe o código 7FA4-801D-2539-0EF8





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS**

**Estado do Paraná**

2025	00381	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00000 - Recursos Ordinários (Livres)
2025	00382	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00303 – Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%)
2025	00431	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00000 - Recursos Ordinários (Livres)
2025	00477	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00000 - Recursos Ordinários (Livres)
2025	00499	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00000 - Recursos Ordinários (Livres)
2025	00542	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00000 - Recursos Ordinários (Livres)
2025	00569	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00000 - Recursos Ordinários (Livres)

## **CLÁUSULA QUINTA – JUSTIFICATIVA**

O presente termo aditivo decorre de autorização da Secretaria Municipal de Educação, da contratante, exarada no **PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA Nº 233/2024 - DL/PMMR** e encontra amparo legal no artigo 84, da Lei n.º 14.133/21.

## **CLÁUSULA SEXTA – ALTERAÇÕES**

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS**

## **Estado do Paraná**

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.

Manoel Ribas, 10 de setembro de 2025

**SIDNEI DA  
SILVA:435  
18915991**

Assinado de forma  
digital por SIDNEI  
DA  
SILVA:43518915991  
Dados: 2025.09.12  
10:08:01 -03'00'

### **CONTRATANTE**

MUNICÍPIO DE MANOEL RIBAS  
JOSÉ CARLOS DA SILVA CORONA  
RG nº 9.032.023-8 SESP/PR  
CPF nº 061.435.219-30

### **CONTRATADA**

**MECANICA PESADA PLANALTO LTDA - ME**  
CNPJ Nº: 02.255.440/0001-15  
SIDNEI DA SILVA  
CPF: 435.189.159-91  
REPRESENTANTE LEGAL



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 7FA4-801D-2539-0EF8

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JOSÉ CARLOS DA SILVA CORONA (CPF 061.XXX.XXX-30) em 23/09/2025 11:21:37 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://manoelribas.1doc.com.br/verificacao/7FA4-801D-2539-0EF8>



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS**

## **Estado do Paraná**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 194/2024 - DL/PMMR**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 092/2024 - PMMR**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2024 – PMMR**  
**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – Nº 27/2024 – PMMR**

**CONTRATANTE:** Município de Manoel Ribas, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno, com sede à Rua Sete de Setembro, 366, inscrito no CNPJ sob nº 75.740.811/0001-28, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. José Carlos da Silva Corona, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG sob nº 9.032.023-8 SESP/PR e CPF sob nº 061.435.219-30.

**CONTRATADA: VAGNER APARECIDO PENQUES & CIA LTDA - ME** – pessoa jurídica, de direito privado com sede na ROD PRT 466 – KM 118 – LOTE 204-L-8 GLEBA ARIRANHA, Nº 999, CEP: 85.260-000, PARQUE INDUSTRIAL, na cidade de Manoel Ribas, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ: 04.787.863/0001-01; adjudicatária do Processo Administrativo nº 092/2024 – PMMR - Pregão Eletrônico nº 37/2024 - PMMR, Sistema de Registro de Preços nº 27/2024 – PMMR, neste ato representado pelo seu Representante Legal, Senhor Wagner Aparecido Penques, Portador do CPF nº 822.843.939-34, residente e domiciliado na cidade de Manoel Ribas, Estado do Paraná.

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente termo aditivo a Ata nº 194/2024 – PMMR, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n.º 14.133/21, e às seguintes cláusulas:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência da Ata de Registro de Preços para a contratação de empresa(s) para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em serviços de mecânica, serviços de retifica, serviços de scanner e soldas em alumínio (veículos e bens imóveis), fornecimento de materiais torneáveis para atendimento da frota de veículos das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Manoel Ribas/PR, firmada entre as partes em **08/08/2024**.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

## CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO

Pelo presente termo aditivo, fica prorrogada a vigência da ata **para mais 12 meses.**

## CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO TERMO ADITIVO

O presente Termo Aditivo tem por finalidade a prorrogação de prazo e de quantidades da ata, sendo assim solicita-se parecer para aditivo, de prazo para mais 12 (doze) meses e quantidades, com reajuste de 5,18% conforme acumulado nos últimos 12 (doze) meses pelo INPC.

VAGNER APARECIDO PENQUES & CIA LTDA - ME								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Quantidade	Valor anterior	Valor com reajuste de 5,18%	Preço total
1	1	SERVIÇOS DE MECÂNICA DE VEÍCULOS LEVES	Serviço	H	600,00	78,00	82,04	49.224,00
TOTAL								49.224,00

## CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Dotação			
Exercício	Conta da despesa	Natureza	Fonte de recurso
2025	00016	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00000 - Recursos Ordinários (Livres)
2025	00062	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00000 - Recursos Ordinários (Livres)
2025	00063	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00510 – Taxas – Exercício Poder de Polícia – Arrecadação na Administração Direta- Exerc
2025	00064	3.3.90.39.00.00 - OUTROS	00511 – Taxas – Prestação de



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS**

**Estado do Paraná**

		SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Serviços – Arrecadação na Administração Direta- Exercício
2025	00124	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00000 - Recursos Ordinários (Livres)
2025	05557	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00000 - Recursos Ordinários (Livres)
2025	00191	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00103 – 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
2025	00192	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00104 – Demais Impostos vinculados à educação básica
2025	00193	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00107 – Salário Educação
2025	00240	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00102 – FUNDEB 30%
2025	00241	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00103 – 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
2025	00242	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00104 – Demais Impostos vinculados à educação básica
2025	00243	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	EA 00107 – Salário Educação
2025	00352	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00000 - Recursos Ordinários (Livres)
2025	00353	3.3.90.39.00.00 - OUTROS	00303 – Saúde – Receitas Vinculadas



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS**

**Estado do Paraná**

		SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	(EC 29/00 – 15%)
2025	00354	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00493 – Bloco de Custeios das Ações e Serviços Públicos de Saúde (Estado)
2025	00381	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00000 - Recursos Ordinários (Livres)
2025	00382	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00303 – Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%)
2025	00431	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00000 - Recursos Ordinários (Livres)
2025	00477	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00000 - Recursos Ordinários (Livres)
2025	00499	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00000 - Recursos Ordinários (Livres)
2025	00542	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00000 - Recursos Ordinários (Livres)
2025	00569	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00000 - Recursos Ordinários (Livres)

## **CLÁUSULA QUINTA – JUSTIFICATIVA**

O presente termo aditivo decorre de autorização da Secretaria Municipal de Cultura, da contratante, exarada no **PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA Nº 194/2024 - DL/PMMR** e encontra amparo legal no artigo 84, da Lei n.º 14.133/21.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS**

## **Estado do Paraná**

### **CLÁUSULA SEXTA – ALTERAÇÕES**

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.

Manoel Ribas, 06 de agosto de 2025

#### **CONTRATANTE**

MUNICÍPIO DE MANOEL RIBAS  
JOSÉ CARLOS DA SILVA CORONA  
RG nº 9.032.023-8 SESP/PR  
CPF nº 061.435.219-30

#### **CONTRATADA**

**VAGNER APARECIDO PENQUES & CIA LTDA - ME**  
CNPJ Nº: 04.787.863/0001-01  
VAGNER APARECIDO PENQUES  
CPF: 822.843.939-34  
REPRESENTANTE LEGAL



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 4E86-2C2E-D5B8-C139

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



VAGNER APARECIDO PENQUES E CIA LTDA (CNPJ 04.787.863/0001-01) VIA PORTADOR  
VAGNER APARECIDO PENQUES (CPF 822.XXX.XXX-34) em 12/08/2025 10:08:44 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: AC SAFEWEB RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5  
(Assinatura ICP-Brasil)



JOSÉ CARLOS DA SILVA CORONA (CPF 061.XXX.XXX-30) em 22/08/2025 17:32:28 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://manoelribas.1doc.com.br/verificacao/4E86-2C2E-D5B8-C139>



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS**

## **Estado do Paraná**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 193/2024 - DL/PMMR**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 092/2024 - PMMR**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2024 – PMMR**

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – Nº 27/2024 – PMMR**

**CONTRATANTE:** Município de Manoel Ribas, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno, com sede à Rua Sete de Setembro, 366, inscrito no CNPJ sob nº 75.740.811/0001-28, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. José Carlos da Silva Corona, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG sob nº 9.032.023-8 SESP/PR e CPF sob nº 061.435.219-30.

**CONTRATADA: MECANICA PESADA PLANALTO LTDA - ME** – pessoa jurídica, de direito privado com sede à RUA AMADEU BONASSOLI, Nº 140, CEP: 85.200-000, BAIRRO VILA PLANALTO, na cidade de Pitanga, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ: 02.255.440/0001-15; adjudicatária do Processo Administrativo nº 092/2024 – PMMR - Pregão Eletrônico nº 37/2024 - PMMR, Sistema de Registro de Preços nº 27/2024 – PMMR, neste ato representado pelo seu Representante Legal, Senhor Sidnei da Silva, Portador do CPF nº 435.189.159-91; residente e domiciliado na cidade de Pitanga, Estado do Paraná.

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente termo aditivo a Ata nº 193/2024 – PMMR, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n.º 14.133/21, e às seguintes cláusulas:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência da Ata de Registro de Preços para a contratação de empresa(s) para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em serviços de mecânica, serviços de retifica, serviços de scanner e soldas em alumínio (veículos e bens imóveis), fornecimento de materiais torneáveis para atendimento da frota de veículos das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Manoel Ribas/PR, firmada entre as partes em **08/08/2024**.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO**

Pelo presente termo aditivo, fica prorrogada a vigência da ata **para mais 12 meses.**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

## CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO TERMO ADITIVO

O presente Termo Aditivo tem por finalidade a prorrogação de prazo e de quantidades da ata, sendo assim solicita-se parecer para aditivo, de prazo para mais 12 (doze) meses e quantidades, com reajuste de 5,18% conforme acumulado nos últimos 12 (doze) meses pelo INPC.

MECANICA PESADA PLANALTO LTDA ME								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Quantidade	Valor anterior	Valor com reajuste de 5,18%	Preço total
2	1	SERVIÇOS DE SCANNER DE VEÍCULOS LEVES CAMINHONETES	Serviço	H	150,00	44,00	46,27	6.940,50
3	1	SERVIÇOS DE MECÂNICA VANS E AMBULÂNCIAS	Serviço	H	500,00	61,00	64,15	32.075,00
4	1	SERVIÇOS DE SCANNER DE ÔNIBUS E CAMINHÃO	Serviço	H	150,00	113,00	118,85	17.752,50
5	1	SERVIÇOS DE SCANNER DE VANS, AMBULÂNCIAS	Serviço	H	150,00	85,00	89,40	13.410,00
9	1	SERVIÇO DE SOLDA ALUMÍNIO COM MÃO DE OBRA	Serviço	H	500,00	49,00	51,53	25.765,00
TOTAL								95.943,00

## CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Dotação			
Exercício	Conta da despesa	Natureza	Fonte de recurso
2025	00016	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00000 - Recursos Ordinários (Livres)
2025	00062	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00000 - Recursos Ordinários (Livres)
2025	00063	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00510 – Taxas – Exercício Poder de Polícia – Arrecadação na Administração Direta- Exerc
2025	00064	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00511 – Taxas – Prestação de Serviços – Arrecadação na Administração Direta- Exercício



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS**

**Estado do Paraná**

2025	00124	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00000 - Recursos Ordinários (Livres)
2025	05557	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00000 - Recursos Ordinários (Livres)
2025	00191	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00103 – 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
2025	00192	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00104 – Demais Impostos vinculados à educação básica
2025	00193	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00107 – Salário Educação
2025	00240	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00102 – FUNDEB 30%
2025	00241	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00103 – 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
2025	00242	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00104 – Demais Impostos vinculados à educação básica
2025	00243	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	EA 00107 – Salário Educação
2025	00352	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00000 - Recursos Ordinários (Livres)
2025	00353	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00303 – Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%)
2025	00354	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -	00493 – Bloco de Custeios das Ações e Serviços Públicos de Saúde (Estado)

**Rua 7 de Setembro, 366 – Telefax: (0\*\*43) 3435-1223 – CEP 85.260-000  
Manoel Ribas – Paraná**



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS**

**Estado do Paraná**

		PESSOA JURÍDICA	
2025	00381	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00000 - Recursos Ordinários (Livres)
2025	00382	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00303 – Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%)
2025	00431	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00000 - Recursos Ordinários (Livres)
2025	00477	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00000 - Recursos Ordinários (Livres)
2025	00499	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00000 - Recursos Ordinários (Livres)
2025	00542	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00000 - Recursos Ordinários (Livres)
2025	00569	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00000 - Recursos Ordinários (Livres)

## **CLÁUSULA QUINTA – JUSTIFICATIVA**

O presente termo aditivo decorre de autorização da Secretaria Municipal de Cultura, da contratante, exarada no **PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA Nº 193/2024 - DL/PMMR** e encontra amparo legal no artigo 84, da Lei n.º 14.133/21.

## **CLÁUSULA SEXTA – ALTERAÇÕES**

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS**

## **Estado do Paraná**

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.

Manoel Ribas, 05 de agosto de 2025

### **CONTRATANTE**

MUNICÍPIO DE MANOEL RIBAS  
JOSÉ CARLOS DA SILVA CORONA  
RG nº 9.032.023-8 SESP/PR  
CPF nº 061.435.219-30

SIDNEI DA  
SILVA:435  
18915991

Assinado de forma digital por SIDNEI DA SILVA:43518915991  
Dados: 2025.08.06 16:38:17 -03'00'

### **CONTRATADA**

**MECANICA PESADA PLANALTO LTDA - ME**  
CNPJ Nº: 02.255.440/0001-15  
SIDNEI DA SILVA  
CPF: 435.189.159-91  
REPRESENTANTE LEGAL



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: E145-08F5-6D68-056B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JOSÉ CARLOS DA SILVA CORONA (CPF 061.XXX.XXX-30) em 07/08/2025 17:29:28 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://manoelribas.1doc.com.br/verificacao/E145-08F5-6D68-056B>